



**ATA N.º 02/2026**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 26 de fevereiro de 2026.-----

----- Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2026, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----

2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Cantanhede;-----

3 - Eleição do Presidente de Junta de freguesia, representante das Juntas de Freguesia do Concelho, para integrar o Conselho Municipal de Saúde, nos termos da alínea c), n.º 1, do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro;-----

4 - Eleição do Presidente de Junta de freguesia, representante das Juntas de Freguesia do Concelho, para integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d), n.º 1, do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro;-----

5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio a várias Freguesias / Entidades Parceiras da Universidade dos Tempos Livres do Concelho de Cantanhede / Animação Comunitária 2024/2025;-----

6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de revogação da deliberação de 16/04/2025 / Subsídio atribuído à Freguesia de Ançã / Escadas de acesso à Capela de São Bento;-----

7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação da deliberação de 18/06/2025 / Alteração do subsídio atribuído à Freguesia de Cordinhã / Sistema de rega do Campo de Jogos;-----

8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação da deliberação de

15/03/2023 / Alteração do subsídio atribuído à Freguesia de Murte de / Obras da ampliação do cemitério;-----

**9** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cantanhede / Licença de Espetáculos com Música ao Vivo e DJ / Licença Especial de Ruído / Passagem de Ano 2025;-----

**10** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / Licença de Espetáculos com Música ao Vivo e Karaoke / Licença Especial de Ruído / Licença de Fogueira Tradicional / Fogueira de Natal;-----

**11** - Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração à 1.ª revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha / Aclaramento da redação do artigo 34.º do Regulamento e Atualização do Relatório de Ponderação da Discussão Pública;-----

**12** - Relatório de execução dos Contratos Interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia, destinados à Requalificação Urbana, em 2025 / Para conhecimento;-----

**13** - Relatório de execução dos Acordos de Colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia, destinados à manutenção e conservação de Caminhos Públicos, em 2025 / Para conhecimento;-----

**14** - Relatório de execução dos Acordos de Colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia, para comparticipação financeira das competências próprias ao nível dos Espaços Verdes, em 2025 / Para conhecimento;-----

**15** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias do Concelho / Requalificação Urbana 2026;-----

**16** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração a celebrar

com as Freguesias do Concelho para comparticipação financeira das competências próprias / Manutenção e Conservação de Caminhos Públicos 2026;-----

**17** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração a celebrar com as Freguesias do Concelho para comparticipação financeira das competências próprias / Espaços Verdes 2026;-----

**18** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ançã / Posto de Turismo de Ançã;-----

**19** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ançã / Praia Fluvial de Ançã;-----

**20** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Cadima / Praia Fluvial dos Olhos da Fervença;-----

**21** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ourentã / Praia Fluvial das Sete Fontes;-----

**22** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Tocha / Zona Balnear da Praia da Tocha;-----

**23** - Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Hasta Pública para a "Concessão de exploração de postos de carregamento de mobilidade elétrica no Município de Cantanhede";-----

**24** - Apreciação, discussão e votação da proposta de ajustamento das datas de

comunicação à Assembleia Municipal das isenções concedidas pela Câmara Municipal;-----

**25** - Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2026;-----

**26** - Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão do Município de Cantanhede à Associação Internacional de Cidades Educadoras;-----

**27** - Relatório anual de atividade e Plano de ação para o ano de 2026 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens / Para conhecimento;-----

**28** - Declarações de Recebimentos em atraso / Pagamentos em atraso e Declaração de Compromissos Plurianuais, existentes a 31 de dezembro de 2025 / Para conhecimento;-----

**29** - Apreciação, discussão e votação da Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2025;-----

**30** - Apreciação, discussão e votação da 1.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2026.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com a Mesa as presenças, verificando-se a presença de todos os membros.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 02/2025, da sessão da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2025, referente ao presente mandato.-----

----- Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 02/2025, da sessão da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2025, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 01/2026, da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de janeiro de 2026.-----

----- Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 01/2026, da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de janeiro de 2026, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 20 de dezembro de 2025 a 26 de fevereiro de 2026, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal.-----

----- - Antes de entrar no período de Antes da Ordem do Dia o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou todos os Membros da Assembleia Municipal que a sessão estava a ser transmitida no *síte* do Município.-----

----- De seguida, deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, dando a palavra ao Sr. Tiago Vinagreiro, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu que a temática da natalidade corresponde ao futuro do concelho, salientando que Cantanhede enfrenta, à semelhança do país, uma tendência de envelhecimento da população e de diminuição da taxa de natalidade. Mais referiu que o Município tem vindo a dar resposta a este desafio estrutural, através da implementação de um incentivo à natalidade, enquanto medida universal dirigida a todas as famílias residentes no concelho, independentemente da sua condição socioeconómica, com o objetivo de contrariar a tendência demográfica e apoiar a constituição de família em Cantanhede. Indicou os valores atribuídos no âmbito desta medida: 750,00€ pelo nascimento do primeiro filho, 1.000,00€ pelo segundo filho na mesma filiação, 1.250,00€ pelo terceiro filho ou em caso de gémeos e 1.500,00€ pelo quarto filho e seguintes. Referiu ainda que, em 2024, foram atribuídos 72 subsídios e, em 2025, 138, perfazendo um total de 210 apoios, correspondentes a um investimento global de 182.000,00€, acrescentando que, no ano de 2025, deram entrada 213

candidaturas, das quais 210 foram aprovadas. Sublinhou que estes dados refletem a confiança das famílias no concelho, destacando que a freguesia de Cantanhede registou o maior número de apoios com 68, seguida da Tocha com 24, Ançã com 16, Febres com 14, Murtede com 13 e Covões e Cadima com 11. Acrescentou que, não obstante a dinâmica evidenciada, importa reforçar a divulgação da medida, por ainda existirem municípios que desconhecem este apoio. Salientou igualmente que este incentivo se insere numa estratégia mais ampla de apoio às famílias, recordando que o concelho de Cantanhede é distinguido, há mais de 13 anos consecutivos, com o Prémio “Autarquia Mais Familiarmente Responsável”, atribuído pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis. Concluiu referindo que, apesar do trabalho desenvolvido pelo Município, as políticas locais devem ser complementadas por uma estratégia nacional de promoção da natalidade, assente na estabilidade laboral, no acesso à habitação, numa segurança social robusta e em políticas fiscais favoráveis às famílias, defendendo o reforço e a articulação das medidas existentes com estratégias de fixação de jovens no concelho.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Pedro Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu que pretendia abordar três assuntos de forma sucinta: - Relativamente às recentes tempestades, mencionou que, embora o concelho não tenha sido dos mais afetados, registaram-se danos pontuais em famílias e atividades económicas, com particular incidência no setor agrícola e florestal, nomeadamente, em explorações, estufas, sistemas de rega, armazéns e equipamentos. Questionou se o Município já procedeu ao levantamento e sinalização das situações mais críticas e recomendou o reforço do apoio técnico aos municípios na submissão de candidaturas às medidas de apoio existentes, à semelhança de outros municípios. Sugeriu ainda a criação ou mobilização de



gabinetes municipais para acompanhamento desses processos, bem como o reforço da divulgação dos apoios disponíveis através dos diversos meios de comunicação do Município; - Abordou a recente onda de assaltos na freguesia da Tocha, que, segundo referiu, tem gerado um crescente sentimento de insegurança, indicando que terão sido registadas 61 ocorrências desde o início do ano. Mencionou ainda a existência de outros problemas associados, como situações de vandalismo, deposição irregular de resíduos e eventuais maus-tratos a animais, alegadamente relacionados com um acampamento existente na zona da Volta da Tocha. Neste âmbito, defendeu que o Município deverá atuar de forma firme, através da articulação com as autoridades competentes, designadamente GNR, Ministério Público, APA e ICNF, propondo também o reforço do patrulhamento, a cooperação com o Município de Montemor-o-Velho e a avaliação de medidas que facilitem a intervenção das forças de segurança;

- Referiu-se à decisão do executivo relativa à venda de resíduos florestais e de silvicultura à Empresa Woodser, para o ano de 2026, questionando-se do procedimento adotado, designadamente a adjudicação, resultou de concurso público ou hasta pública, e solicitando esclarecimentos quanto à sua eventual publicação, critérios adotados e valores considerados. Colocou ainda questões sobre a estimativa global da operação, os encargos de transporte, a ausência de consulta a outros operadores económicos e os fundamentos da escolha da referida empresa. Sublinhou que não estava em causa a necessidade das alienações, mas sim a conformidade dos procedimentos com o Código dos Contratos Públicos, o respeito pelos princípios da concorrência e a salvaguarda do interesse financeiro do Município. Referiu igualmente situação semelhante na alienação de materiais ferrosos, questionando o modelo adotado. Concluiu solicitando os devidos esclarecimentos sobre as matérias expostas.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Abel Carapeto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, na sequência da última sessão da Assembleia Municipal, subsistiam dúvidas relativamente à interpretação do Regulamento de Gravação e Transmissão Áudio e Vídeo das sessões. Esclareceu, com base no referido regulamento, que o mesmo reconhece expressamente a possibilidade de reutilização e difusão, por terceiros, das gravações disponibilizadas online pelo Município, não constituindo tal prática uma proibição. Distinguindo entre a transmissão autónoma das sessões, sujeita a autorização prévia, e a reutilização de conteúdos já publicados, defendeu que esta última se encontra enquadrada nos princípios de transparência e escrutínio democrático. De seguida, abordou a situação do Mercado Municipal de Cantanhede, referindo que o mesmo apresenta condições de funcionamento inadequadas, nomeadamente ao nível de infiltrações, temperatura e conforto geral, o que afeta comerciantes e utilizadores. Considerou tratar-se de uma situação que carece de intervenção urgente, questionando o executivo quanto à avaliação das atuais condições do equipamento e à previsão de uma eventual requalificação. Por fim, referiu-se à ETAR das Cochadas, na freguesia da Tocha, mencionando a ocorrência de constrangimentos no seu funcionamento, designadamente episódios de extravasamento de águas residuais para a via pública, com impacto na saúde pública, no ambiente e na qualidade de vida das populações locais. Questionou o Executivo sobre as medidas imediatas a adotar para prevenir novas ocorrências, a existência de um plano de intervenção para resolução do problema e a eventual responsabilização por falhas no planeamento ou dimensionamento da infraestrutura. Concluiu solicitando esclarecimentos e a adoção de soluções para as questões apresentadas.-

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr.

Guilherme Rebola, o qual, após cumprimentar todos os presentes, abordou a temática da eventual criação de uma Área Metropolitana de Coimbra, considerando tratar-se de uma decisão estrutural com impacto direto ao nível do poder territorial, do financiamento e do desenvolvimento futuro. Referiu que a passagem de Comunidade Intermunicipal para Área Metropolitana implicaria um reforço significativo da dotação financeira, nomeadamente, através do aumento do Fundo de Equilíbrio Financeiro, traduzindo-se numa maior capacidade de investimento, programação e influência. Saliu que tal evolução poderia trazer vantagens concretas para o concelho de Cantanhede, designadamente ao nível do reforço da capacidade de captação de fundos europeus, da negociação de infraestruturas estruturantes e da promoção de projetos estratégicos nas áreas da mobilidade, transição energética, digitalização e proteção civil. Destacou ainda a importância da escala institucional na resposta a eventos extremos, como tempestades, ao nível da prevenção, articulação de meios e recuperação. No domínio da mobilidade, defendeu a necessidade de uma abordagem integrada de âmbito metropolitano, incluindo a eventual expansão de soluções de transporte estruturantes, com ligação a Coimbra e aos seus principais polos. Referiu igualmente a importância do reforço da massa crítica económica, sublinhando o papel de Cantanhede ao nível da indústria, agroindústria, inovação tecnológica e turismo, considerando que a integração numa estratégia metropolitana poderá potenciar cadeias de valor, atrair investimento e reforçar o posicionamento do território. Concluiu afirmando que este processo exige preparação técnica, alinhamento político e visão estratégica, defendendo que o concelho deverá posicionar-se de forma proativa face a eventuais processos de reorganização territorial, nomeadamente no âmbito da descentralização e regionalização.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra a Sr.ª Presidente

da Câmara, Helena Teodósio, a qual, começou por cumprimentar todos os presentes, e fez uma referência às recentes intempéries e cheias, salientando o momento difícil vivido, bem como o dispositivo de prevenção e resposta ativado no concelho, envolvendo Bombeiros Voluntários, Proteção Civil, serviços municipais e Juntas de Freguesia, em articulação com entidades regionais. Referiu que, apesar das previsões iniciais apontarem para maior impacto em Cantanhede, os efeitos no concelho foram relativamente limitados, comparativamente a outros territórios, destacando a importância da coordenação entre municípios e da partilha de meios, bem como o contributo de soluções tecnológicas que permitiram assegurar comunicações durante o período crítico. Agradeceu o empenho de todas as entidades envolvidas, incluindo voluntários, técnicos, Juntas de Freguesia e população em geral, sublinhando o esforço coletivo na mitigação dos impactos e no apoio às situações registadas. Informou que se encontram em curso os levantamentos de prejuízos, coordenados pelos serviços municipais em articulação com a CCDR, estando também assegurado apoio aos munícipes na formalização de candidaturas a apoios, sempre que necessário. Relativamente às políticas de apoio à natalidade, referiu que o Município tem vindo a implementar medidas de incentivo, designadamente através de apoios às famílias numerosas, mostrando-se disponível para reforçar estas políticas e avaliar novas soluções que promovam a fixação de jovens, destacando sinais positivos ao nível do aumento da população escolar. No que respeita à resposta às intempéries, destacou a eficácia da intervenção no terreno, referindo que investimentos anteriores, nomeadamente, na gestão de combustíveis, contribuíram para minimizar ocorrências, designadamente ao nível da queda de árvores na rede viária, bem como a importância da articulação permanente entre serviços e Juntas de Freguesia. Quanto aos prejuízos, referiu que os mesmos estão a ser apurados pelos serviços competentes,



sendo privilegiada, sempre que aplicável, a ativação de seguros, e que existem mecanismos diferenciados de avaliação e apoio, consoante a natureza e dimensão dos danos. Relativamente à situação de insegurança na freguesia da Tocha, informou que o Município tem vindo a acompanhar a situação em articulação com a Junta de Freguesia, forças de segurança e o Município de Montemor-o-Velho, salientando que estão a ser desenvolvidas diligências pelas autoridades competentes, não sendo possível divulgar pormenores por razões operacionais, mas assegurando que a situação está a ser monitorizada. No que concerne a eventuais situações de maus-tratos a animais, esclareceu que os casos identificados não se localizam em território do concelho de Cantanhede, encontrando-se, contudo, a ser articulados com as entidades e município competentes. Por fim, relativamente às questões relacionadas com procedimentos de contratação e alienação de materiais, referiu que os mesmos cumprem a legislação aplicável, variando os procedimentos consoante os enquadramentos legais e a necessidade de celeridade, destacando o trabalho dos serviços municipais na valorização de recursos e na obtenção de receita através da alienação de materiais. Concluiu manifestando reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos serviços municipais e reiterando o compromisso do Município na resolução das situações identificadas, solicitando, de seguida, a intervenção do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, para esclarecimentos técnicos adicionais.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, então a palavra ao Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, Sr. José Negrão, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, nos últimos 2, 3 anos, o Município tem vindo a valorizar diversos materiais, transformando resíduos, designadamente florestais e ferrosos, em receita, tendo sido arrecadado, nos últimos três anos, um

montante aproximado de 30.000,00 €, aplicado em melhoramentos no estaleiro municipal. Mais esclareceu que os procedimentos adotados cumprem o Regime da Contratação Pública, designadamente no que respeita à alienação de bens, a qual pode ser realizada por negociação direta quando o valor é inferior a 30.000,00 €. Referiu ainda que, no caso concreto, foram contactadas várias empresas, não existindo operadores no concelho com atividade nesta área, sendo a empresa Woodser a única a assegurar este tipo de valorização, salientando que, de outra forma, o Município teria de suportar custos para a remoção desses materiais.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de novo a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, relativamente ao Mercado Municipal de Cantanhede, esclareceu que o mesmo sempre funcionou, em grande parte, como espaço ao ar livre, tendo a solução de cobertura adotada procurado manter essa característica, garantindo simultaneamente alguma proteção. Referiu que as condições climáticas excecionais recentes evidenciaram limitações da estrutura, encontrando-se já em estudo, pelos serviços técnicos e pelo Vereador com o respetivo pelouro, uma solução de melhoria, eventualmente enquadrada em candidatura. Destacou ainda que o Mercado se encontra atualmente com todos os espaços ocupados. Relativamente à ETAR das Cochadas, referiu que a situação foi analisada pelas entidades responsáveis, explicando que, em períodos de precipitação intensa, a pressão do sistema pode tornar-se difícil de acomodar, podendo tal ser agravado por eventuais ligações indevidas às redes. Informou que a situação se encontra a ser monitorizada, estando em curso intervenções na rede, no sentido de melhorar o funcionamento da infraestrutura. No âmbito da Comunidade Intermunicipal/Região de Coimbra, destacou o trabalho desenvolvido na promoção conjunta do território, nomeadamente, na área do turismo, valorizando a diversidade da oferta regional.

Referiu ainda iniciativas ao nível da mobilidade, como a reorganização dos transportes e a implementação do serviço de transporte flexível, apelando à sua utilização. Por fim, relativamente ao projeto do Metro Mondego, informou que se encontram identificadas ligações prioritárias de expansão, incluindo o eixo Coimbra–Cantanhede–Mealhada, referindo que o Município tem vindo a desenvolver esforços junto das entidades competentes para a sua concretização, reconhecendo tratar-se de um processo exigente e de longo prazo.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar os presentes, também abordou a temática das recentes tempestades que afetaram o concelho de Cantanhede, referindo que, apesar da intensidade dos fenómenos, os prejuízos foram inferiores aos verificados noutras zonas da região Centro. Indicou que foram registadas mais de 100 ocorrências, maioritariamente associadas à tempestade “Kristin”, destacando a ocorrência de quedas de árvores, obstrução de vias, colisões rodoviárias e danos em infraestruturas, incluindo constrangimentos no fornecimento de energia elétrica e prejuízos no quartel dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, sem prejuízo da manutenção da sua capacidade operacional. Referiu que o levantamento de prejuízos ainda se encontra em curso, apresentando valores estimativos mínimos, que apontam para cerca de 200.000,00€ em danos a particulares, mais de 180.000,00€ em edifícios e equipamentos públicos, cerca de 70.000,00€ em vias de comunicação e mais de 50.000,00€ em empresas e outros bens, totalizando um valor global estimado de, pelo menos, 500.000,00€, sendo expectável que o montante final venha a ser superior. Saliou que a freguesia de Ançã foi a mais afetada, seguida da Tocha, Murte de e Cantanhede. Por fim, deixou um agradecimento público a todas as entidades envolvidas na resposta à situação, nomeadamente, aos Bombeiros Voluntários,

Proteção Civil, GNR, INOVA, Juntas de Freguesia e demais intervenientes, destacando o espírito de colaboração, dedicação e eficácia demonstrados na mitigação dos efeitos das tempestades e no apoio às populações.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra à Sr.<sup>a</sup> Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes, interveio sobre os seguintes temas: - Relativamente aos resultados eleitorais de 8 de fevereiro, destacou a expressiva vitória de António José Seguro e interpretou como um sinal de valorização, por parte dos cidadãos, da estabilidade, credibilidade institucional e responsabilidade política, em detrimento de discursos de divisão e radicalização. Referiu ainda que aquele resultado evidencia a preferência por uma política assente no diálogo, na experiência e na construção de soluções concretas, sublinhando a importância destes princípios também ao nível local, nomeadamente, na resposta aos desafios nas áreas da saúde, mobilidade, habitação e coesão social; - Em representação dos Membros eleitos pelo Partido Socialista, apresentou um voto de reconhecimento a todas as entidades e cidadãos que estiveram envolvidos na resposta às recentes tempestades que afetaram a região. Destacou o papel dos autarcas dos municípios abrangidos e respetivas Juntas de Freguesia, Proteção Civil, Bombeiros, militares, Cruz Vermelha, forças de segurança, entidades públicas, associativas e privadas, bem como dos voluntários e profissionais de saúde, enaltecendo o espírito de missão, coordenação e solidariedade demonstrados. Manifestou ainda pesar pelas vítimas mortais resultantes das intempéries, endereçando condolências às famílias enlutadas, e expressou solidariedade para com todos os que sofreram prejuízos, designadamente os que ficaram sem habitação, sublinhando a importância da união e apoio comunitário na superação das dificuldades.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra à Sr.ª Conceição Sá, a qual, após cumprimentar todos os presentes, considerando a relevância do teatro amador para o desenvolvimento Cultural do Concelho de Cantanhede, referiu que se encontra a decorrer o XXVI Ciclo de Teatro Amador de Cantanhede, destacando-o como uma iniciativa consolidada ao longo de mais de duas décadas, que tem contribuído para a preservação e dinamização da identidade cultural local. Sublinhou o papel da cultura como elemento estruturante da identidade coletiva e como agente de intervenção em diversas áreas, conforme preconizado no Plano Cultural do Município. Destacou a importância do teatro no concelho, evidenciando a sua tradição e diversidade, bem como o contributo do Ciclo de Teatro Amador, que nesta edição envolve 17 grupos e decorre em várias freguesias. Salientou, em particular, a aposta na descentralização cultural, permitindo o acesso à cultura a diferentes públicos e promovendo a coesão territorial. Enalteceu ainda o papel desta iniciativa no desenvolvimento artístico, através da formação, intercâmbio e partilha de experiências entre grupos, contribuindo para a melhoria da qualidade das produções e para a atração de novos públicos. Referiu igualmente o impacto do teatro no desenvolvimento pessoal, nomeadamente, ao nível da inteligência emocional, autonomia e consciência crítica. Por fim, felicitou o Município de Cantanhede pelo apoio ao teatro amador e às associações locais, considerando que o investimento na cultura contribui para um concelho mais coeso, participado e valorizado do ponto de vista social e humano.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra à Sr.ª Amélia Castilho, a qual, após cumprimentar todos os presentes, apresentou uma intervenção relativa aos danos provocados pelo desvio de trânsito de veículos pesados durante as obras na Estrada Nacional 234, na zona do Pontão. Referiu que,

no início do ano anterior, já havia alertado para os impactos negativos da circulação de camiões pelos lugares de Tarehos e Franciscas, nomeadamente, em estradas estreitas, o que originou degradação de bermas, passeios, muros e beirais de habitações, com especial incidência em zonas de curvas apertadas. Salientou que foram identificados abatimentos das bermas, buracos de grandes dimensões e sinais de instabilidade em muros e estruturas adjacentes. Recordou que, na altura, foi informada de que a obra não era da responsabilidade do Município, mas que seriam feitas diligências para avaliar a situação e que estaria prevista a reparação no âmbito de intervenções futuras. No entanto, afirmou que, apesar de o trânsito de pesados já ter cessado, não foram efetuadas quaisquer reparações até ao momento. Sublinhou que a situação se agravou com as condições meteorológicas recentes, aumentando os danos e os riscos para pessoas e bens, acrescentando que alguns munícipes já apresentaram reclamações formais sem obtenção de resposta. Perante este cenário, solicitou esclarecimentos à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara sobre se já foi realizada avaliação da situação, que diligências foram efetuadas junto das entidades responsáveis e quando se prevê a resolução dos problemas identificados, bem como a assunção de responsabilidades pelas intervenções necessárias.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Arménio Batista, o qual, após cumprimentar todos os presentes, relativamente à importância do desporto para o desenvolvimento do concelho de Cantanhede, referiu o seu papel enquanto fator de dinamização social, destacando o contributo do associativismo na mobilização de crianças, jovens e seniores, bem como a relevância das condições dos equipamentos desportivos como elemento de atratividade para a fixação de famílias, em particular famílias jovens. Sublinhou a realização regular de eventos desportivos no concelho, alguns de significativa projeção mediática,



evidenciando o impacto positivo na promoção do território e na sua capacidade de acolhimento. Enalteceu ainda o apoio do município através dos subprogramas existentes, que permitem aos clubes desenvolver a sua atividade, melhorar infraestruturas e alcançar resultados de mérito. Destacou os resultados obtidos em diversas modalidades, nomeadamente, o aumento do número de atletas federados, a conquista de títulos nacionais, a presença de atletas em seleções nacionais e competições internacionais, bem como a existência de atletas em regimes de alto rendimento, considerando estes indicadores como reflexo do investimento municipal no setor. Sugeriu a manutenção da realização anual da Festa do Desporto, como forma de valorização e motivação dos agentes desportivos, e propôs o reforço dos apoios à internacionalização dos clubes, bem como a diferenciação de apoios a eventos com e sem inscrição monetária. Por fim, deixou uma palavra de reconhecimento à equipa de comunicação do município pelo trabalho de divulgação das atividades desenvolvidas no concelho.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Sérgio Maia, o qual, após cumprimentar todos os presentes, abordou a questão da ferrovia, em particular o antigo ramal ferroviário da Figueira da Foz. Referiu a recorrente interrupção da ligação ferroviária entre Coimbra e Figueira da Foz, via Alfarelos, em períodos de condições meteorológicas adversas, salientando que as recentes tempestades evidenciaram novamente a fragilidade desta infraestrutura, bem como a suspensão da circulação durante várias semanas. Acrescentou que também diversas ligações rodoviárias ficaram condicionadas, evidenciando a ausência de alternativas eficazes. Defendeu que a reabilitação do antigo ramal ferroviário via Pampilhosa poderia constituir uma solução estratégica, assegurando uma alternativa mais resiliente, garantindo

mobilidade, proximidade e maior fiabilidade no transporte, especialmente em situações de emergência. Criticou a opção pela dependência de um único corredor ferroviário e a falta de aproveitamento do potencial do antigo canal ferroviário, apesar da existência de diferentes propostas ao longo dos anos, sem que nenhuma tenha sido concretizada. Alertou ainda para o impacto do projeto da linha de alta velocidade Lisboa–Porto, que poderá comprometer definitivamente a continuidade do antigo ramal, sublinhando que, embora importante à escala nacional, não responde às necessidades da mobilidade regional. Por fim, afirmou que a ausência de alternativas resulta de opções e não de inevitabilidades, apelando à necessidade de correção desta situação e reafirmando o compromisso na defesa dos interesses da freguesia de Murteide e das populações afetadas.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia de Cantanhede, Fátima Vaz Gomes, a qual, após cumprimentar todos os presentes, usou da palavra para destacar a participação do Município de Cantanhede na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL). Referiu que aquela presença constituiu uma relevante oportunidade de promoção do concelho, evidenciando o seu potencial turístico, cultural e económico, com especial enfoque na apresentação da Expofacic, considerada um dos principais eventos do município e uma referência a nível nacional. Sublinhou que, no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, o Município deu a conhecer a diversidade da sua oferta, incluindo património, gastronomia, vinhos e produtos endógenos, bem como a dinâmica associativa e empresarial do território. Destacou a apresentação da Expofacic como o momento central, salientando o seu contributo para a promoção da identidade local, a atração de visitantes e o desenvolvimento económico do concelho, bem como o reforço da sua notoriedade junto de novos públicos e parceiros. Por fim,

enalteceu o empenho do Município e da INOVA-EM-SA na valorização e promoção do território, reconhecendo a sua estratégia de afirmação de Cantanhede como destino turístico de excelência.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, José Manuel Cruz, o qual, após cumprimentar todos os presentes, manifestou preocupação com a grave onda de assaltos ocorrida na Freguesia da Tocha nas últimas semanas, destacando que alguns episódios envolveram violência contra cidadãos vulneráveis, nomeadamente, uma idosa que sofreu abalo psicológico e teve furtados bens pessoais. Referiu que este tipo de criminalidade gera medo na comunidade e fragiliza a confiança nas instituições. Mencionou ainda uma situação de ilegalidade urbanística na Freguesia de Arazede, no concelho de Montemor-o-Velho, cujos efeitos se repercutem na Freguesia da Tocha, e que já fora discutida anteriormente com o Município de Montemor. Informou que, face à persistência da onda de assaltos, a Junta de Freguesia contactou a GNR com o conhecimento ao Município de Cantanhede, solicitando intervenção urgente, reiterada posteriormente ao Comando Territorial de Coimbra. Referiu que a Junta de Freguesia deliberou aprovar formalmente um plano de intervenção, remetendo comunicações a entidades competentes, nomeadamente, à GNR, às Câmaras Municipais, à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, ao Delegado de Saúde e ao Ministério Público, solicitando reforço do patrulhamento e realização de ações de fiscalização direcionadas, investigação dos crimes, fiscalização urbanística, avaliação de condições de salubridade e acompanhamento de menores em situação de risco. Foi estabelecido um prazo de 15 dias para avaliação das respostas institucionais e verificação de alterações concretas no terreno. Caso não haja resultados proporcionais à gravidade da situação, será remetida exposição

ao Ministério da Administração Interna. Salientou que esta atuação assenta nos princípios de legalidade, não discriminação, proteção de menores e defesa da segurança pública, alertando para o crescente sentimento de revolta na população e reforçando que a Junta de Freguesia não defende justiça pelas próprias mãos, mas sim que o Estado exerça plenamente as suas funções com firmeza e eficácia. Frisou que, num momento de tensão social, todos os agentes políticos devem atuar com responsabilidade, evitando alarmismos e promovendo esclarecimento e segurança, e concluiu solicitando um pedido de ajuda e envolvimento do Município de Cantanhede.-

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes, relativamente ao tema da Pedra de Ançã, referiu que aquela pedra teve destaque internacional com a publicação de um estudo na revista científica Geoheritage, reforçando o valor do património geológico, histórico e artístico ligado ao Calcário de Ançã, reconhecido em 2024 como IUGS Heritage Stone pela UNESCO. Sublinhou que a Pedra de Ançã foi determinante para a expressão arquitetónica e cultural de Coimbra desde a Idade Média, presente em igrejas, mosteiros, esculturas e fachadas, e que o estudo científico ressalta a importância de proteger não apenas os monumentos, mas também os locais históricos de extração da pedra. Destacou ainda o trabalho da Junta de Freguesia e do Município na valorização da Pedra de Ançã, incluindo a candidatura ao programa “7 Maravilhas da Cultura Popular Portuguesa”, o prémio “5 estrelas” e o reconhecimento máximo com pedra património mundial pela UNESCO. Referiu que foram propostas várias medidas para a contínua valorização da Pedra de Ançã, nomeadamente, a criação do Museu Memória em Ançã, a preservação de uma pedreira, apoio à elaboração de um livro sobre Pedra de Ançã com roteiro fotográfico, construção de um monumento em



homenagem à pedra e aos canteiros escultores, implementação de uma zona de proteção da área histórica de Ançã e organização de um evento anual em Ançã dedicado à Pedra de Ançã, das quais nenhuma ainda se concretizou. Concluiu renovando o pedido ao Município de Cantanhede para que considere e implemente estas propostas, de forma a proteger e divulgar aquele património, reforçando a identidade cultural da Freguesia, das freguesias limítrofes e do concelho.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, -----  
João Moura, deu, de seguida a palavra à Sr.ª Ana Isabel Charro, a qual, após cumprimentar todos os presentes, abordou dois assuntos: - Referiu-se ao Núcleo Museológico, destacando que, nas reuniões de Câmara de 09 e 21 de janeiro de 2026, foi informado que o Núcleo conta atualmente com 12 trabalhadores/prestadores de serviço, com funcionamento de terça-feira a domingo e horários organizados por equipas, cumprindo as 40 horas semanais e os respetivos dias de descanso. Questionou se o número de trabalhadores em funções é suficiente para garantir o normal funcionamento dos dois museus, considerando que seis colaboradores poderiam assegurar o serviço regular, incluindo uma funcionária de limpeza, e três coordenadores desempenham funções administrativas. Solicitou esclarecimentos sobre as reais necessidades de pessoal, bem como sobre o estudo ou levantamento que fundamenta o recrutamento adicional de seis Assistentes Operacionais deliberado em janeiro, questionando se se trata de reforço efetivo do serviço, regularização de situações precárias ou reorganização funcional; - Relativamente à empreitada do Centro de Saúde do Bolho, referiu que estão a decorrer intervenções no edifício da Junta de Freguesia para acolher provisoriamente a unidade de saúde, e questionou sobre os prazos inicialmente previstos e a data estimada de conclusão da empreitada.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, respondeu às diversas questões levantadas, da seguinte forma: - Agradeceu as intervenções sobre trabalho, tempestades, teatro, desporto e outras áreas de interesse do concelho, reconhecendo as contribuições exaustivas e manifestando a intenção de dar continuidade às ações já em curso; - Relativamente à atividade desportiva e cultural crescente no concelho, destacou o investimento na requalificação de equipamentos desportivos e culturais e a importância do teatro amador; - Quanto às obras nas localidades de Tarehos e nas Franciscas, referiu que a Infraestruturas de Portugal (IP), antes do início das intervenções, determinou a necessidade de desvio do trânsito pesado na zona da Fontinha, devido ao risco de colapso, tendo sido essa a única solução possível para garantir a segurança das pessoas e a segurança rodoviária. Salientou que, embora a solução não fosse a ideal devido à largura das estradas, foi aceite. Mencionou ainda que alguns camiões terão provocado danos em propriedades particulares, situação que foi comunicada à IP, por ser de sua responsabilidade, e que os processos continuam a decorrer, não estando totalmente esclarecida a cobertura dos danos por parte da seguradora ou da IP. Acrescentou que, relativamente à via afetada por excesso de carga, a Câmara acompanhará a situação, aguardando análise e calendarização das intervenções pela Divisão de Administração Direta e Apoio às Freguesias; - No domínio dos transportes, abordou a possibilidade de reativação da ferrovia Cantanhede-Mealhada, destacando que a ligação seria mais estruturante se prolongada até ao porto da Figueira. Referiu que o Plano Nacional de Transportes considera alternativas como linha mista ou zona ciclável, e assinalou o esforço financeiro do Governo para recuperação da rede viária afetada por tempestades, avaliando os impactos na circulação e transporte escolar; - Sobre a participação de

Cantanhede na BTL, destacou a forte adesão dos operadores turísticos e a promoção do concelho e de municípios limítrofes, sublinhando a importância do desenvolvimento turístico; - Quanto aos assaltos na região, reiterou o empenho da Junta de Freguesia, da Câmara e da Assembleia em adotar medidas urgentes, incluindo a marcação de reunião com a Câmara Municipal de Montemor para intervenção imediata; - Congratulou-se com a apresentação sobre a Pedra de Ançã, reforçando a importância histórica e patrimonial e manifestou o compromisso de promover e desenvolver iniciativas em colaboração com a Junta de Freguesia de Ançã e freguesias limítrofes, valorizando e divulgando este património; - Referiu que a abertura do Museu do Colecionismo implicou a necessidade de reforço de pessoal, muitas vezes através de prestadores de serviços, enquanto decorrem concursos ativos para funções técnicas, assistentes operacionais e nas escolas. Explicou que os horários do Museu, incluindo sábados e domingos, exigem compensações específicas e que o trabalho envolve atividades para além da receção de visitantes, incluindo organização técnica e preparação das exposições. Destacou que os protocolos estabelecidos com a Junta de Freguesia da Tocha (Museu Mário Silva) e com a Associação ZX SPECTRUM permitem apoio de pessoal, mas que a estratégia visa a criação de um roteiro de Museus com rotação de funcionários e eventual integração de vínculos na função pública, garantindo rapidez na substituição de colaboradores sempre que necessário; - Quanto à empreitada do Centro Social do Bolho, informou que está integrada no PRR e que a conclusão estava inicialmente prevista para junho de 2026, tendo sido alargada para agosto de 2026, garantindo que os trabalhos seriam concluídos até essa data. Explicou a necessidade de ajustes logísticos, incluindo a utilização de contentores e reorganização de atividades, para permitir a execução das obras em diferentes polos simultaneamente. Salientou que, apesar de desafios verificados em

outras regiões afetadas por depressões, no caso do Bolho não houve interrupções significativas e o calendário contratual será cumprido.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara».**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Cantanhede».**-----

----- O Sr. Presidente de Mesa, João Moura, começou por referir que, relativamente à proposta de Regimento apresentada, a mesma resultou do contributo das várias bancadas, tendo sido construído um documento consensual com vista a tornar o funcionamento da Assembleia Municipal mais operacional e dinâmico. Mais referiu que foram introduzidas diversas alterações, designadamente no artigo 17.º, prevendo-se a possibilidade de suspensão dos trabalhos para preparação de uma votação, por período até 15 minutos, mediante proposta fundamentada de qualquer grupo partidário. Indicou ainda que, no artigo 19.º, passou a ficar estabelecido que a ordem do dia é definida pela Mesa da Assembleia Municipal e que a documentação deve ser enviada por correio eletrónico com antecedência mínima de dois dias úteis, podendo, em situações excecionais e mediante solicitação, ser disponibilizada em suporte papel. Relativamente ao artigo 23.º, mencionou a definição de um período máximo de 30 minutos para intervenção do público, prorrogável em casos de especial relevância, bem como a obrigatoriedade de inscrição prévia com 24 horas de antecedência por via eletrónico ou presencial, com indicação do assunto a tratar, permitindo ao executivo preparar as respetivas respostas, as quais deverão ser prestadas

preferencialmente na sessão ou, não sendo possível, por escrito no prazo de 10 dias. No que respeita ao artigo 25.º, destacou a possibilidade de abertura de um segundo período de intervenções para pedidos de esclarecimento adicionais, com duração máxima de três minutos por intervenção. Referiu ainda alterações de natureza mais formal noutros artigos, bem como a consagração da gravação áudio das sessões para suporte à elaboração das atas, prevendo-se a eliminação desses registos após aprovação definitiva da ata, salvo necessidade de conservação para efeitos legais. Concluiu que todas as alterações visam melhorar o Regimento e agradeceu os contributos recebidos.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, colocou a votação o **Ponto 2 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Após votação, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que, relativamente ao Regulamento de Gravação e Transmissão Áudio/Vídeo das Sessões da AM, estão a ser analisadas diversas questões jurídicas, em articulação com o gabinete jurídico, designadamente quanto à gravação e divulgação de intervenções e ao conceito de tratamento de dados, prevendo-se a apresentação de esclarecimentos e eventuais propostas de revisão numa próxima sessão, após aprofundamento e obtenção de segurança jurídica sobre a matéria.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 3 - «Eleição do Presidente de Junta de freguesia, representante das Juntas de Freguesia do Concelho, para integrar o Conselho Municipal de Saúde, nos termos da alínea c), n.º 1, do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro»**.-----

----- Solicitadas propostas para a Eleição do Presidente de Junta de Freguesia, representante das Juntas de Freguesias do Concelho, que irá integrar o Conselho

Municipal de Saúde, nos termos da alínea c), n.º 1, do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, a bancada do PSD propôs ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, João Paulo Martins de Jesus, não tendo havido outras propostas.-----

----- Efetuada votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado:-----

----- 36 Votos a favor.-----

----- Realizada a respetiva votação foi eleito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, João Paulo Martins de Jesus, para o cargo a que havia sido proposto.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 4 - «Eleição do Presidente de Junta de Freguesia, representante das Juntas de Freguesia do Concelho, para integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d), n.º 1, do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro».**-----

----- Solicitadas propostas para Eleição do Presidente de Junta de Freguesia, representante das Juntas de Freguesia do Concelho, que irá integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d), n.º 1, do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, 30 de janeiro, a bancada do PSD propôs a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cantanhede, Fátima Maria Vaz Gomes, não tendo havido outras propostas.-----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado:---

----- 36 Votos a favor.-----

----- Realizada a respetiva votação foi eleita a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cantanhede, Fátima Maria Vaz Gomes, para o cargo a que havia sido proposta.--

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio a várias Freguesias / Entidades Parceiras da**

**Universidade dos Tempos Livres do Concelho de Cantanhede / Animação Comunitária 2024/2025».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, a qual referiu que, a Universidade de Tempos Livres constitui uma importante iniciativa de animação comunitária no concelho, contando com 15 cursos em funcionamento e cerca de 200 participantes, destacando o seu impacto positivo na ocupação dos tempos livres, na promoção da criatividade e na partilha de experiências entre os participantes, sendo uma atividade considerada relevante e a manter. Mais informou que a proposta submetida à Assembleia Municipal diz respeito à atribuição de apoios financeiros às Juntas de Freguesia responsáveis pela gestão dos cursos, indicando os montantes a atribuir: Freguesia de Cadima, Murtede e Ourentã, no valor de 550,00 € cada; Freguesia de Sepins e Bolho, no valor de 1.100,00 €; e Freguesia da Tocha, no valor de 2.200,00 €, perfazendo um total de 4.950,00 €. Esclareceu ainda que existem outros cursos dinamizados por associações locais, cujos apoios não carecem de deliberação da Assembleia Municipal, por serem tratados em sede da Câmara Municipal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio a várias Freguesias / Entidades Parceiras da Universidade dos Tempos Livres do Concelho de Cantanhede / Animação Comunitária 2024/2025»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta revogação da deliberação de 16/04/2025 / Subsídio atribuído à Freguesia de Ançã / Escadas de acesso à Capela de São Bento»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, a qual referiu que, na sessão de 29/04/2025, tinha sido deliberada a atribuição de um subsídio à Freguesia de Ançã, no valor de 4.364,44 €, destinado a uma intervenção nas escadas de acesso a São Bento. Informou, contudo, que a referida obra não se concretizou, conforme comunicação remetida pela Junta de Freguesia, pelo que se propõe a correção da deliberação anteriormente tomada, mediante a retirada do respetivo montante.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 6 – «Apreciação, discussão e votação da proposta revogação da deliberação de 16/04/2025 / Subsídio atribuído à Freguesia de Ançã / Escadas de acesso à Capela de São Bento»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta retificação da deliberação de 18/06/2025 / Alteração do subsídio atribuído à Freguesia de Cordinhã / Sistema de rega Campo de Jogos»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, a qual referiu que, no dia 30 de junho, tinha sido deliberada, sob proposta da Câmara Municipal, a atribuição de um subsídio à Freguesia de Cordinhã, no valor de 6.140,20 €, destinado ao sistema de rega do campo de jogos. Acrescentou que, no decurso do processo de pagamento, e mediante apresentação de documentos comprovativos, foi efetuado o pagamento de 4.885,19 €, tendo ficado uma diferença de 1.255,01 €, pelo que se propõe a correção da deliberação anteriormente tomada, mediante a retirada desse valor.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, colocou a votação o **Ponto 7 – «Apreciação, discussão e votação da proposta retificação da deliberação de 18/06/2025 / Alteração do subsídio atribuído à Freguesia de Cordinhã / Sistema**

de rega Campo de Jogos», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta retificação da deliberação de 15/03/2023 / Alteração do subsídio atribuído à Freguesia de Murte de / Obras da ampliação do cemitério».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, a qual referiu que, tinha sido anteriormente deliberada a atribuição de um montante de 19.500,00 € para as obras de ampliação do cemitério da Freguesia de Murte de, no entanto, de acordo com os documentos comprovativos da despesa apresentados, o valor executado se fixou em 19.431,86 €, pelo que se propõe a correção da deliberação, mediante a redução de 68,14 € ao valor do subsídio atribuído.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, colocou a votação o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta retificação da deliberação de 15/03/2023 / Alteração do subsídio atribuído à Freguesia de Murte de / Obras da ampliação do cemitério»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cantanhede / Licença de Espetáculos com Música ao Vivo e DJ / Licença Especial de Ruído / Passagem de Ano 2025».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, a qual referiu que, foi apresentado um pedido de isenção de taxas por parte da Freguesia de Cantanhede, no valor de 38,41 €, devidas pela emissão da licença de Espetáculo com Música ao Vivo e DJ e licença Especial de Ruído, no âmbito da Passagem de Ano 2025.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto**

**9 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cantanhede / Licença de Espetáculos com Música ao Vivo e DJ / Licença Especial de Ruído / Passagem de Ano 2025»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / Licença de Espetáculos com Música ao Vivo e Karaoke / Licença Especial de Ruído / Licença de Fogueira Tradicional / Fogueira de Natal»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, a qual esclareceu que houve uma troca na identificação anterior, referindo que o pedido de isenção de taxas no valor de 38,41 euros corresponde à Freguesia de Cantanhede, sendo que o pedido relativo à Freguesia da Sanguinheira ascende ao montante de 45,29 €, devidas pela emissão da licença de Espetáculos com Música ao Vivo e Karaoke, licença Especial de Ruído e licença de Fogueira Tradicional, no âmbito da Fogueira de Natal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 10 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / Licença de Espetáculos com Música ao Vivo e Karaoke / Licença Especial de Ruído / Licença de Fogueira Tradicional / Fogueira de Natal»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da 1.<sup>a</sup> alteração à 1.<sup>a</sup> revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha / Aclaramento da redação do artigo 34.º do Regulamento e Atualização do Relatório de Ponderação da Discussão Pública»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da

Câmara, a qual solicitou que a apresentação fosse efetuada pelo Vereador responsável pelo pelouro do Urbanismo, bem como pelo Diretor ou Chefe de Divisão competente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, autorizou, passando então a palavra ao Sr. Vereador do Pelouro, Fernando País Alves, o qual começou por cumprimentar todos os presentes e solicitou o apoio do Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires, para proceder à apresentação da proposta, já previamente aprovada em reunião de Câmara. Mais solicitou a colaboração do Chefe da DGTSA, Paulo Marques e da Técnica Rosa Pascoal para apresentarem a 1.ª alteração à 1.ª revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha, submetida à Assembleia Municipal para aprovação final.-----

----- Tomou então a palavra o Chefe da DGTSA, Paulo Marques, o qual referiu que, a 1.ª alteração à 1.ª revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha se encontra na fase final, sendo submetida à Assembleia Municipal para aprovação final, tendo como principal objetivo a sua adequação aos novos critérios legais de classificação e reclassificação do solo. Mais explicou que o processo teve início em 2021, tendo incluído fases de participação pública, elaboração de propostas, emissão de pareceres por diversas entidades e sucessivas reformulações, em virtude das exigências legais, nomeadamente, quanto à delimitação das áreas urbanas em função da existência de infraestruturas. Referiu ainda que o procedimento conheceu alguns constrangimentos, designadamente na redefinição dos limites do regime florestal, o que implicou um período adicional de trabalho e articulação com as entidades competentes, tendo posteriormente sido obtido parecer favorável para prosseguir. Informou igualmente que a proposta foi aprovada em reunião de Câmara, submetida a discussão pública, no âmbito da qual foram analisadas e respondidas todas as

participações apresentadas, encontrando-se agora reunidas as condições para a sua aprovação final. Por fim, identificou os principais pressupostos considerados, designadamente o cumprimento dos critérios legais de uso do solo, a salvaguarda de compromissos urbanísticos existentes, o respeito pelas condicionantes legais aplicáveis e a dispensa de avaliação ambiental estratégica, validada pelas entidades competentes.-----

----- Tomou então a palavra a Técnica Rosa Pascoal, a qual informou que, no âmbito do procedimento de alteração do Plano, foi realizado o período de discussão pública, em cumprimento das exigências legais, incluindo a sua divulgação no Diário da República, no portal do município, noutras locais habituais e na plataforma colaborativa de gestão territorial, bem como uma sessão de esclarecimento na Praia da Tocha. Referiu que, durante o período compreendido entre 10 de outubro e 6 de novembro, decorreu um atendimento permanente e foi disponibilizado um visualizador em ambiente SIG, permitindo a consulta pública da proposta. Mais informou que o procedimento registou elevada participação, tendo sido registadas 131 participações, das quais uma não foi acolhida por contrariar o Programa da Orla Costeira, tendo as restantes sido parcialmente consideradas, originando ajustamentos, nomeadamente na delimitação de áreas como o Parque de Merendas, em função de compromissos urbanísticos existentes. Referiu ainda que todas as participações foram objeto de análise técnica e legal, com respostas individuais, tendo resultado em alterações ao regulamento, à planta de zonamento e a outras peças do plano. No que respeita às alterações globais, destacou a redução da área do plano de 79,60 hectares para 49,41 hectares, correspondente a uma diminuição de cerca de 38%, em resultado da adequação aos critérios legais de classificação e qualificação do solo e às condicionantes do perímetro florestal. Esclareceu ainda que a proposta evoluiu desde



uma versão inicial, que mereceu parecer desfavorável por parte das entidades competentes, até à versão final agora apresentada. Indicou que foi eliminada a categoria de espaço urbanizável, em cumprimento do enquadramento legal em vigor, tendo sido necessária a adaptação da redação e organização do regulamento. Acrescentou que foram igualmente eliminadas determinadas áreas e infraestruturas previstas, como espaços de ocupação turística, estacionamento público e uma via estruturante, bem como a delimitação específica de alguns equipamentos. Referiu ainda que foram reintegradas áreas na REN, em virtude da redução da área do plano, e alterados os parâmetros urbanísticos, passando a privilegiar o índice de ocupação e o número de pisos, bem como introduzidos índices de impermeabilização, conforme exigido. Saliou que aquelas alterações visam uma melhor gestão do solo enquanto recurso escasso. Acrescentou que foram ajustadas normas relativas ao aproveitamento de sótãos e caves, introduzida uma norma transitória para legalizações com vigência de três anos e efetuadas adequações ao regulamento em conformidade com o Programa da Orla Costeira e com outros instrumentos de gestão territorial, designadamente o PDM e o Plano de Urbanização da cidade de Cantanhede. Relativamente à proposta final, referiu que foram mantidos os parâmetros relativos ao número de pisos e ajustada a delimitação do Parque de Merendas, em resultado da discussão pública, garantindo a compatibilização com compromissos urbanísticos existentes e minimizando o impacto sobre o espaço verde. Por fim, informou que, em consequência da redução da área do plano, foi necessária a reintegração na REN de cerca de 10,6 hectares, bem como a consideração das condicionantes associadas ao REFLOA, concluindo que o plano se encontra em condições de ser submetido a aprovação final, seguindo-se a sua publicação no Diário da República para produção de efeitos.-----

----- O Sr. Presidente de Mesa, João Moura, agradeceu a intervenção de seguida, deu a palavra ao Sr. Abel Carapeto, o qual, começou por agradecer o trabalho desenvolvido pelos técnicos, reconhecendo a complexidade do processo e o enquadramento nas exigentes normas ambientais. Referiu compreender a natureza da atualização do plano, recordando que esta questão já havia sido anteriormente suscitada na Assembleia. Não obstante, sublinhou tratar-se de uma matéria sensível, sobretudo pelas preocupações manifestadas pelos moradores da Praia da Tocha. Destacou, em particular, a situação do Parque de Merendas, considerado um espaço emblemático de convívio, lazer e encontro da comunidade local, manifestando preocupação quanto à possibilidade de redução daquele espaço em consequência de eventuais construções previstas na área adjacente à estrada. Referiu ainda que, embora reconheça a escassez de áreas disponíveis para construção na Praia da Tocha, importa refletir sobre o modelo de desenvolvimento pretendido para aquela localidade, questionando se o objetivo será preservar a sua qualidade ambiental e identidade própria ou promover um crescimento mais intensivo, com os impactos que tal opção poderá acarretar. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre a eventual existência de medidas de compensação ou de possibilidade de alargamento e valorização do Parque de Merendas, sublinhando que esta é uma das principais preocupações dos utilizadores e da população local.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Chefe da DGTTA, Paulo Marques, o qual referiu que a sua intervenção incidia sobre a área correspondente ao polígono associado ao compromisso urbanístico titulado pelo alvará em vigor, salientando que, face à posição expressa pela população, que tem demonstrado de forma clara a intenção de preservar a mancha florestal existente, enquanto espaço de fruição pública e relevante "pulmão" da Praia da Tocha, importa

ponderar soluções alternativas. Acrescentou que, tratando-se de um lote integrado no domínio público, se justificaria avaliar a possibilidade de intervenção municipal nesse âmbito. Neste contexto, questionou se a Câmara Municipal poderia equacionar a eventual revogação parcial do alvará, datado de 2001, com vista à exclusão daquela parcela específica, de modo a garantir a preservação do referido espaço verde.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual começou por referir que a questão colocada se relacionava com a área prevista, desde 2001, para a instalação de um hotel, sublinhando que tal previsão nunca havia sido alterada nem anteriormente contestada. Saliu não compreender plenamente a razão pela qual a questão surge agora, decorridos mais de 20 anos, sem que tenha havido qualquer intervenção no local. Esclareceu que uma eventual alteração dessa afetação implicaria, do ponto de vista legal, a concordância de todos os proprietários do loteamento em que a parcela se insere. Referiu ainda que, relativamente à hotelaria, subsiste atualmente a situação pendente do hotel existente junto à praia, cujo processo se encontra em sede de administração de insolvência, não sendo possível avançar com qualquer solução enquanto a mesma não estiver concluída. Acrescentou que, apesar de existirem interessados no espaço, não houve, por parte do atual executivo, qualquer intenção de promover a construção de um novo hotel no local em causa, contrariando assim algumas perceções públicas. No que respeita ao Parque de Merendas, afirmou que a sua eventual ampliação ou reconfiguração dependerá sempre da vontade dos proprietários dos terrenos, designadamente da Comissão de Compartes, manifestando, contudo, que existe receptividade por parte desta entidade, bem como da Junta de Freguesia, para analisar soluções nesse sentido, estando já em estudo uma proposta no âmbito de um futuro Plano de Pormenor. Sublinhou a necessidade

de refletir sobre o desenvolvimento da Praia da Tocha, considerando improvável que se pretenda manter a situação atual de ausência de novos lotes disponíveis, atendendo à procura existente. Nesse contexto, referiu que está a ser equacionada a expansão da área urbana, sobretudo para nascente, como única alternativa viável. Acrescentou que qualquer desenvolvimento futuro dependerá das opções da Comissão de Compartes, nomeadamente, quanto à eventual alienação, loteamento ou estabelecimento de parcerias, reiterando a disponibilidade da Câmara Municipal para articular soluções que correspondam às expectativas da população local. Por fim, referiu que o plano agora em apreciação permite também resolver situações pendentes, designadamente a legalização de caves e sótãos, e que as intervenções previstas não colocam em causa a fruição atual do Parque de Merendas nem as atividades ali desenvolvidas.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Vereador, Fernando País Alves, o qual referiu que a questão relativa ao espaço em causa havia sido devidamente esclarecida, sublinhando que, desde 2002, o mesmo se encontra previsto para a instalação de uma unidade hoteleira, não estando em causa a construção de habitação. Acrescentou que, ao longo dos vários executivos municipais que sucederam desde então, não foi concretizada qualquer intervenção, mantendo-se o espaço, na prática, como área integrada no Parque de Merendas. Referiu ainda que, à data da definição inicial, a localização prevista para o hotel seria, no seu entendimento, a mais adequada, atendendo às características existentes à época, designadamente a extensa área florestal envolvente. Contudo, salientou que, no contexto atual, não concordaria com a eventual construção de uma unidade hoteleira naquele local. Concluiu expressando solidariedade com o atual executivo e com os anteriores,

afirmando que nunca houve intenção de avançar com tal construção e que, caso essa hipótese viesse a ser equacionada, se oporia à mesma.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocada a votação o **Ponto 11 – «Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração à 1.ª revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha / Aclaramento da redação do artigo 34.º do Regulamento e Atualização do Relatório de Ponderação da Discussão Pública»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 33 votos a favor e 3 abstenções.-----

----- Entrou-se, de seguida, no **Ponto 12 – «Relatório de execução dos Contratos Interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia, destinados à Requalificação Urbana, em 2025 / Para conhecimento»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que, relativamente aos contratos interadministrativos existentes com as Freguesias, e tendo conhecimento de que alguns municípios estão a reverter este tipo de acordos, entende que as Juntas devem ser cada vez mais incentivadas a promover o seu próprio desenvolvimento, com o correspondente apoio financeiro. Referiu que, no ano de 2025, o às Juntas de Freguesia ascendeu a 2.229.039,41 €, representando um acréscimo superior a 31% face ao valor inicialmente previsto de 1.700.000,00 €. Especificou que os principais apoios se distribuíram pela requalificação urbana (668.391,60 €), espaços verdes (246.470,67 €), caminhos vicinais — cuja responsabilidade é das Juntas de Freguesia, embora com apoio municipal para a sua manutenção — (120.000,00 €), transferência do acordo da DGAL (210.023,00 €), regulamento (252.017,49 €), protocolo das praias (107.885,57 €), Posto de Turismo de Ançã (12.732,00 €) e ainda outros apoios a diversas iniciativas (617.509,08 €). Salientou ainda que, no âmbito da requalificação urbana, o valor inicialmente previsto de 500.000,00 € foi reforçado para 668.391,60 €,

refletindo um aumento significativo, sobretudo ao nível de materiais e apoios complementares. Concluiu sublinhando a relevância destes contratos para o funcionamento e desenvolvimento das Freguesias.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 13 – «Relatório de execução dos Acordos de Colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia, destinados à manutenção e conservação de Caminhos Públicos, em 2025 / Para conhecimento»;**-----

----- Tomou nomeadamente a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, relativamente ao Relatório de execução dos Acordos de Colaboração celebrados com as Freguesias, destinados à manutenção e conservação de caminhos públicos durante o ano de 2025, o montante global foi de 120.000,00 €.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 14 – «Relatório de execução dos Acordos de Colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia, para comparticipação financeira das competências próprias ao nível dos Espaços Verdes, em 2025 / Para conhecimento».**-----

----- Tomou novamente a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, durante o ano de 2025, a equipa responsável pelo acompanhamento dos espaços verdes realizou visitas ao terreno e elaborou os respetivos relatórios, tendo sido identificadas correções a implementar pelas Juntas de Freguesia, as quais deverão ser efetuadas antes da atribuição das verbas. Mais referiu que o montante global associado ascendeu a 246.470,67 €.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 15 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias do Concelho / Requalificação Urbana 2026».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, relativamente aos valores previstos para o ano de 2026, o montante referente ao regulamento, ainda não submetido a deliberação e a apresentar na próxima reunião, passará de 252.017,49 €, em 2025, para 255.000,00 €. Esclareceu que foi efetuado um ajustamento na fórmula de cálculo, de modo a corrigir discrepâncias entre freguesias de maior e menor dimensão, aproximando-a do modelo habitualmente aplicado, admitindo, contudo, a possibilidade de futuros acertos. No que respeita ao ponto n.º 16, relativo à minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências para a requalificação urbana, referiu que se mantém o montante global de 500.000,00 €, distribuído entre 400.000,00 € para subsídios e 100.000,00 € para materiais, estes últimos dependentes da disponibilidade da Câmara Municipal. Acrescentou que, à semelhança do ocorrido no ano anterior, em que se verificou um aumento significativo da execução, é expectável que, durante o ano de 2026, se venha igualmente a registar um reforço daquele valor.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias do Concelho / Requalificação Urbana 2026»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 16 – «Apreciação, discussão e votação da**

**minuta do Acordo de Colaboração a celebrar com as Freguesias do Concelho para comparticipação financeira das competências próprias / Manutenção e Conservação de Caminhos Públicos 2026».**-----

----- Tomou novamente a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que, no âmbito dos custos associados ao fornecimento de tout-venant, bem como à utilização de máquinas e recursos humanos nas intervenções nas Freguesias, o montante anteriormente fixado em 120.000,00 € foi, para o presente ano, atualizado para 152.000,00 €.

-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 16 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração a celebrar com as Freguesias do Concelho para comparticipação financeira das competências próprias / Manutenção e Conservação de Caminhos Públicos 2026»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 17 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração a celebrar com as Freguesias do Concelho para comparticipação financeira das competências próprias / Espaços Verdes 2026»**.

-----

----- Tomou nomeadamente a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual esclareceu que o valor foi ajustado em articulação com a equipa anteriormente referida, tendo em conta que algumas Freguesias aumentaram as áreas de espaços verdes, enquanto outras registaram reduções, o que motivou a devida correção. Acrescentou que, para o ano de 2026, é proposto um subsídio no montante de 252.726,20 €.

-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 17 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração a**



**celebrar com as Freguesias do Concelho para comparticipação financeira das competências próprias / Espaços Verdes 2026», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 18 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ançã / Posto de Turismo de Ançã».**-----

----- Tomou novamente a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o valor anual do acordo será de 13.012,08 €, sendo o mesmo atualizado a partir de janeiro de 2027 com base na taxa de inflação anual publicada pelo Instituto Nacional de Estatística. Mais referiu que aquela verba se destina a assegurar, por parte da Junta de Freguesia, o pagamento da renda do espaço, bem como das despesas associadas, nomeadamente, eletricidade, água, comunicações, consumíveis, instalação de equipamento necessário ao funcionamento, e a celebração de seguro de responsabilidade civil extracontratual, ficando ainda responsável pela manutenção e serviços do Posto de Turismo.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 18 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ançã / Posto de Turismo de Ançã», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 19 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ançã / Praia Fluvial de Ançã».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que se entrava na parte relativa às praias fluviais e marítimas, referindo que, no caso concreto da Praia Fluvial de Ançã, sendo o valor atribuído de 27.748,37 €. Acrescentou que todas as responsabilidades da Junta de Ançã naquele espaço se encontravam definidas no contrato, incluindo a manutenção semanal dos espaços verdes e do sistema de rega, o corte da relva, fertilizações, substituição de árvores mortas, tratamentos fitossanitários e podas. Referiu ainda as obrigações ao nível da limpeza e higienização quinzenal do plano de água, das linhas de água, balneários, instalações sanitárias e outros espaços, como papeleiras, arruamentos, percursos pedonais e estacionamento.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 19 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ançã / Praia Fluvial de Ançã»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 20 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Cadima / Praia Fluvial dos Olhos da Fervença»**.-----

----- Tomou novamente a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que a Praia Fluvial dos Olhos da Fervença teve um aumento significativo na sequência da recente intervenção, indicando que o valor do protocolo é de 70.007,20 €. Acrescentou que as funções associadas eram, de forma geral, semelhantes às anteriormente mencionadas para a Junta de Freguesia de Ançã, incluindo ainda a gestão de diversos equipamentos, espaços verdes e estruturas em

madeira que exigem manutenção específica, bem como outras intervenções, nomeadamente, nas churrasqueiras e na recolocação ou reparação de sinalização turística e rodoviária.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 20 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Cadima / Praia Fluvial dos Olhos da Fervença»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 21 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ourentã / Praia Fluvial das Sete Fontes»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se da primeira vez que se fez este contrato interadministrativo com a Freguesia de Ourentã, no valor de 33.585,88 €. Referiu que, atendendo à especificidade daquela praia, o acordo contempla, de forma geral, as mesmas tipologias de intervenção anteriormente mencionadas, designadamente a manutenção semanal dos espaços verdes e do sistema de rega, a limpeza, a conservação de estruturas em madeira, a limpeza e higienização dos planos de água, bem como a manutenção dos equipamentos. Acrescentou ainda a manutenção mensal, incluindo o fornecimento de recursos e materiais para a execução de reparações, a limpeza das instalações sanitárias, a recolha de resíduos urbanos, manutenção de papeleiras, arruamentos, percursos e outras intervenções consideradas necessárias.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto**

**21 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ourentã / Praia Fluvial das Sete Fontes»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 22 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Tocha / Zona Balnear da Praia da Tocha»**.-----

----- Tomou novamente a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que, neste caso, o protocolo tem o valor de 10.130,00 €, e que a manutenção dos espaços verdes da Praia da Tocha se encontra abrangida por um protocolo celebrado com a Inova, não sendo da responsabilidade da Junta de Freguesia. Explicou que, no caso concreto, competia à Junta de Freguesia a manutenção de estruturas de madeira, como mesas, escadas e vedações, bem como a instalação de estruturas metálicas, aplicação de coberturas, respetiva manutenção e desmontagem. Acrescentou que o equipamento desportivo do areal e dos campos contava com o apoio do Departamento de Desenvolvimento Económico e Social, cabendo também à Junta de Freguesias a instalação, manutenção e desmontagem dessas estruturas, incluindo o fornecimento de recursos e materiais para reparações. Referiu ainda a responsabilidade pela manutenção, gestão e higienização de equipamentos, instalações sanitárias e balneários, incluindo a sua abertura, fecho e limpeza, salientando que essas intervenções seriam asseguradas pela Inova no período entre 15 de junho e 15 de setembro. Indicou que, fora daquele período, e dentro da época balnear compreendida entre 1 de maio e 30 de setembro, as instalações deveriam estar abertas de sexta-feira a domingo e feriados, sendo a

abertura e fecho da responsabilidade da Junta de Freguesia. Por fim, mencionou outras intervenções previstas, nomeadamente, a manutenção de churrasqueiras no Parque de Merendas e na Associação de Moradores, trabalhos de construção civil, limpeza de fossa e saneamento da Biblioteca, bem como a manutenção de equipamentos eletromecânicos e de bombagem.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, em representação da bancada do PSD, felicitou a deliberação do executivo municipal pela aprovação, por unanimidade, da transferência das verbas anteriormente referidas para as Freguesias do concelho de Cantanhede. Referiu que esta decisão constituía uma afirmação clara de um modelo de governação assente na proximidade e na solidariedade territorial como valores fundamentais da democracia local, destacando o papel das Juntas de Freguesia enquanto primeira resposta às necessidades das populações, nomeadamente na manutenção de caminhos, gestão de espaços verdes e promoção da qualidade de vida nas aldeias e vilas do concelho. Sublinhou que a insuficiência de meios financeiros poderia comprometer esse papel, com particular impacto nas populações mais vulneráveis, considerando, por isso, que a decisão do executivo, ao concretizar estes apoios com base em critérios de equilíbrio e equidade, abrangendo competências próprias das Freguesias, bem como os caminhos, os espaços verdes e os contratos interadministrativos no âmbito da requalificação urbana, merecia reconhecimento. Acrescentou que não se trata de uma distribuição arbitrária de recursos, mas sim de uma alocação criteriosa, justa e orientada por uma visão estratégica para o desenvolvimento harmonioso e coeso do concelho. Nesse sentido, manifestou concordância com as declarações da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, ao considerar que esta intervenção era determinante para a redução das desigualdades e para a concretização de uma

descentralização efetiva. Por fim, assinalou que a deliberação havia sido aprovada por unanimidade no executivo e contou com a concordância dos Presidentes de Junta, interpretando tal facto como um sinal de confiança, diálogo e bom relacionamento institucional entre a Câmara Municipal e as Freguesias.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 22 – «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Tocha / Zona Balnear da Praia da Tocha»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 23 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Hasta Pública para a "Concessão de exploração de postos de carregamento de mobilidade elétrica no Município de Cantanhede»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que o assunto já tinha sido anteriormente apresentado à Assembleia, tendo na altura resultado numa não adjudicação, por necessidade de reavaliação dos termos e condições do procedimento. Informou que, entretanto, foi efetuada uma redução de 50% do valor para a utilização nos postos de carregamento, com o objetivo de promover a instalação daqueles equipamentos no concelho, atendendo ao investimento exigido à entidade concessionária. Mais referiu que se pretende lançar um novo procedimento para a instalação, manutenção e exploração de 14 postos de carregamento de veículos elétricos, distribuídos pelo concelho de Cantanhede, especificando as respetivas localizações, designadamente em vários parques de estacionamento e zonas estratégicas do município, incluindo Cantanhede, Cadima, Ourentã, Ançã, Febres, Murtede e Praia da Tocha. Esclareceu

ainda que alguns postos serão de carregamento normal e outros de carregamento rápido, identificando estes últimos como os localizados na Rua dos Namorados, na Biblioteca Municipal, na zona norte da Praia da Tocha, no Largo da Tocha e no Parque de Estacionamento do Complexo Desportivo de Cantanhede. Por fim, informou que o procedimento será realizado por hasta pública, por um período de 10 anos, do dia 1 de abril de 2026 até ao dia 31 de março de 2036, devendo a entidade adjudicatária garantir a instalação dos postos até 30 de setembro de 2026. Referiu ainda que o valor mínimo anual a considerar para efeitos de hasta pública será de 192.210,20 €, acrescido de IVA.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 23 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de Hasta Pública para a "Concessão de exploração de postos de carregamento de mobilidade elétrica no Município de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 24 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de ajustamento das datas de comunicação à Assembleia Municipal das isenções concedidas pela Câmara Municipal»**.-----

----- Tomou de novo a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que informou tratar-se de um pedido dos Serviços no sentido de a Assembleia aprovar uma nova definição de prazos para a comunicação das isenções. Explicou que se propõe que as isenções concedidas até ao final de junho, relativas ao primeiro semestre, sejam comunicadas à Assembleia Municipal na sessão de setembro, e que as isenções concedidas até ao final de dezembro, correspondentes ao segundo semestre, sejam comunicadas na sessão de fevereiro do ano seguinte.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto**

**24 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de ajustamento das datas de comunicação à Assembleia Municipal das isenções concedidas pela Câmara Municipal», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 25 – «Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2026».**-----

----- Tomou novamente a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que o Mapa de Pessoal se encontra em permanente atualização, adiantando que na próxima sessão será apresentada nova alteração, ainda em preparação, decorrente de situações como aposentações e mobilidades, incluindo mobilidade intercarreiras. Esclareceu que a presente alteração resulta da necessidade de integrar propostas de recrutamento, designadamente para um Técnico Superior na área do Turismo e um Assistente Técnico na área da Topografia, bem como de proceder a ajustamentos decorrentes da consolidação de mobilidades intercarreiras, permitindo a trabalhadores com habilitações adequadas o desempenho de novas funções. Informou ainda que esta primeira alteração ao Mapa de Pessoal passa a contemplar 550 postos de trabalho, incluindo trabalhadores provenientes da transferência de competências na área da saúde e dos agrupamentos de escolas do concelho, prevendo igualmente novos postos e situações de mobilidade já autorizadas. Acrescentou que, na próxima Assembleia, será apresentada nova atualização, na sequência da conclusão de procedimentos concursais em curso, com o objetivo de reforçar os quadros e reduzir o recurso a prestações de serviços.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 25 – «Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da**



**Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2026», tendo o mesmo sido aprovado com 33 votos a favor e 3 votos contra.-----**

----- Após a votação, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Ana Isabel, a qual, em declaração de voto, por parte do Partido Chega, referiu que o partido votou novamente contra, com base nos fundamentos já expostos na Assembleia anterior, por considerar que o mapa pessoal não reflete com rigor as necessidades laborais efetivas.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 26 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão do Município de Cantanhede à Associação Internacional de Cidades Educadoras».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que fosse passada a palavra ao Sr. Vice-Presidente, por este deter o pelouro da Educação.-----

----- Tomou então palavra o Sr. Vice-Presidente, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que o processo em apreço correspondia a um desenvolvimento natural decorrente da consolidação do trabalho que vem sendo realizado, constituindo uma oportunidade para ampliar redes de cooperação internacional e potenciar novas oportunidades de partilha e inovação no domínio das políticas educativas locais. Acrescentou que a adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras representava a formalização de Cantanhede como Cidade Educadora, promovendo a educação como fator de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida, salientando a centralidade da educação na agenda política municipal e a convicção de que não é possível pensar o desenvolvimento sem uma aposta decisiva neste domínio, designadamente na formação das novas gerações, na qualificação dos cidadãos e na aprendizagem ao longo da vida. Recordou ainda que

o Município integrou, em 2019, a Rede Global de Cidades de Aprendizagem da UNESCO, reforçando o seu compromisso com a promoção da aprendizagem ao longo da vida, considerando que a adesão em análise decorria dessa importância e da necessidade de ampliar redes. Referiu igualmente que a Associação constituía um fórum de reflexão, discussão e debate, representando uma oportunidade relevante para pensar o futuro e, através da partilha de boas práticas, dar a conhecer experiências e conhecer outras realidades e políticas educativas desenvolvidas em diferentes contextos. Mencionou que o Município já vinha participando em diversos fóruns e partilhando boas práticas, faltando apenas formalizar a adesão à rede, o que permitiria reforçar e ampliar a rede territorial e nacional, promovendo parcerias, trabalho conjunto e uma maior presença, voz e participação. Por fim, salientou que a Associação assenta nos princípios da Carta das Cidades Educadoras, designadamente o direito à cidade educadora, a educação inclusiva ao longo da vida, a diversidade e não discriminação, o acesso à cultura, o diálogo intergeracional, bem como a promoção do conhecimento do território, o acesso à informação, a participação dos cidadãos, a sustentabilidade e a melhoria contínua, acrescentando que, numa perspetiva holística, se visa o desenvolvimento integral das pessoas, abrangendo áreas como a saúde, a formação de agentes educativos, a inclusão social, a promoção do voluntariado e a educação para uma cidadania democrática e global, concluindo que a adesão permitiria ampliar essas possibilidades através da integração na referida rede.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocada a votação o **Ponto 26 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão do Município de Cantanhede à Associação Internacional de Cidades Educadoras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 27 – «Relatório anual de atividade e Plano de ação para o ano de 2026 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens / Para conhecimento»**.-----

----- Tomou então a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que a Senhora Vereadora com o Pelouro da Ação Social, Célia Simões, apresentasse o referido relatório. -----

----- Tomou então a palavra a Sr.<sup>a</sup> Vereadora, Célia Simões, a qual começando por cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que procuraria ser breve na sua apresentação. Assim, explicou que as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens são instituições oficiais não judiciárias, dotadas de autonomia funcional, que têm como objetivo promover o bem-estar dos jovens e prevenir situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação e desenvolvimento integral. Esclareceu ainda que a Comissão funciona em duas vertentes: a alargada, que reúne uma vez por mês, e a restrita, responsável pela intervenção direta nas sinalizações efetuadas pelas diversas entidades. Informou que, no ano de 2025, até ao mês de outubro, foram registadas 245 sinalizações, devidamente submetidas e encaminhadas, verificando-se que a maioria ocorreu na então União de Freguesias de Cantanhede e Pociça, seguindo-se a Tocha, Febres, Ançã e Cadima, situação que associou também à densidade populacional. Relativamente às nacionalidades, indicou que predominava a portuguesa, com 195 casos, seguida da brasileira e de outras, sem diferenças significativas. Destacou que, ao contrário do ano anterior, a maioria das sinalizações teve origem em situações de violência doméstica, seguindo-se a negligência, a falta de supervisão e acompanhamento familiar, a negligência ao nível psicoafectivo e comportamentos antissociais ou de indisciplina por parte de crianças e jovens. Mencionou ainda a distribuição de uma fita simbólica no início da sessão, sublinhando

a importância do amor, entendido de forma abrangente, incluindo respeito, deveres e direitos, como elemento essencial para o desenvolvimento saudável das crianças e jovens e para a melhoria da comunidade. Referiu que a principal medida aplicada foi o apoio junto dos pais, sendo as restantes adotadas apenas quando tal não se revela suficiente. Informou também que a CPCJ funciona no edifício do Município, na Casa Francisco Pinto, onde tem os gabinetes, equipamento informático, apoio administrativo a meio tempo cedido pela Câmara, viaturas e fundo de maneio. Acrescentou que a CPCJ articula com as diversas entidades da rede local, com o Ministério Público, através da Procuradora Dr.<sup>a</sup> Manuela Taborda, e com a Comissão Nacional, considerando esta articulação uma mais-valia, apesar de eventuais divergências decorrentes das especificidades territoriais. Concluiu que o relatório de 2025 evidencia a importância do trabalho multidisciplinar e da articulação entre entidades, fundamentais para os resultados alcançados pela CPCJ de Cantanhede, deixando um reconhecimento a todos os que contribuem para o seu funcionamento. Referiu ainda que as principais entidades sinalizadoras são as escolas e as forças de segurança, embora também existam sinalizações por parte de cidadãos. Esclareceu que o plano de ação apresentado é aberto e passível de alterações, tendo sido elaborado com base na experiência e nas necessidades identificadas. Informou igualmente que, desde julho de 2025, a CPCJ conta com uma nova Presidente, Sr.<sup>a</sup> Fátima Soares, bem como com uma nova secretária, Sr.<sup>a</sup> Ana Gabriela Saraiva, indicando ainda os restantes elementos que integram a Comissão, nas suas vertentes restrita e alargada. Aproveitou para agradecer os seis anos de mandato, reconhecendo a exigência do trabalho desenvolvido, e reiterou o apreço por todos os membros da Comissão. Por fim, referiu que, comparativamente aos anos anteriores,

se registou uma ligeira diminuição no número de sinalizações, 250 em 2023, 253 em 2024 e 245 em 2025, concluindo que, gradualmente, se têm verificado melhorias.-----

----- Concluída a apresentação, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual referiu que o relatório apresentado demonstrava que a CPCJ de Cantanhede, no ano de 2025, continuava a evidenciar uma estrutura de proteção ativa e de proximidade essencial. Indicou que a atividade processual nesse ano compreendeu 239 processos, correspondendo a 3,34% da população de crianças e jovens do concelho, entre os 0 e os 24 anos. Sublinhou que, da análise efetuada, se concluiu que a violência doméstica permanecia como o principal fator de risco para as crianças do concelho, afetando maioritariamente crianças do sexo feminino em contexto familiar, o que exigia uma vigilância reforçada e uma articulação permanente entre a CPCJ, as forças de segurança e os serviços de saúde e educação. Destacou que, por detrás de cada um dos processos acompanhados, existia uma criança ou jovem em situação de vulnerabilidade, residindo aí a importância do trabalho desenvolvido pela CPCJ, considerando que a proteção de uma criança constitui uma responsabilidade coletiva com impacto determinante no seu percurso de vida. Referiu ainda que uma intervenção atempada pode prevenir o agravamento de situações de risco, como a negligência, a violência doméstica ou o absentismo escolar. Assinalou que os quatro procedimentos de urgência por risco de vida acionados em 2025 evidenciavam a relevância e a responsabilidade do trabalho desenvolvido, havendo situações em que a vida das crianças dependeu diretamente da capacidade de resposta da Comissão. Acrescentou que a proteção de crianças e jovens tem também uma dimensão de futuro, na medida em que contribui para a prevenção de ciclos intergeracionais de violência, negligência e exclusão, reforçando a importância do investimento nesta área. Saliou igualmente que grande parte daquele trabalho é

desenvolvido de forma discreta, através de atendimentos, visitas domiciliárias, reuniões técnicas e articulação constante com diversas entidades, sendo, contudo, essencial para aqueles que dele necessitam. Por fim, transmitiu, em nome da bancada do PSD, e manifestando convicção de que tal seria extensível a toda a Assembleia, um voto de reconhecimento e apreço a todos os que contribuem para o funcionamento da Comissão, nomeadamente técnicos, voluntários e entidades parceiras, destacando o seu profissionalismo, dedicação e empenho. Felicitou ainda a Comissão, pelas metas e objetivos definidos para 2026, salientando a importância da continuidade do trabalho desenvolvido, do reforço da vertente preventiva e do aprofundamento da articulação territorial, considerando estes aspetos como sinais de maturidade institucional e de ambição no cumprimento da sua missão.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapeto, o qual começou por agradecer, associando-se, em termos gerais, às palavras anteriormente proferidas e manifestando o seu reconhecimento a todos os que integram a CPCJ. Destacou, em particular, o trabalho desenvolvido pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia Simões ao longo dos últimos seis anos, enaltecendo a forma como conduziu os destinos da CPCJ, com dedicação, empenho, sensibilidade e sentido de responsabilidade, sublinhando a exigência do trabalho desenvolvido junto de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Referiu ainda que se trata de matérias que exigem especial cuidado, sigilo e discrição, atendendo à natureza, muitas vezes dramática, das situações acompanhadas, reconhecendo o trabalho realizado tanto pela Comissão Alargada como pela Comissão Restrita. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre quais os principais constrangimentos sentidos pela CPCJ no exercício das suas funções.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.<sup>a</sup> Vereadora,

Célia Simões, a qual, esclareceu que, atualmente, no caso de Cantanhede, não se verificam constrangimentos significativos ao nível de recursos, referindo, contudo, que durante o período da pandemia de COVID-19 se registaram algumas dificuldades, nomeadamente, ao nível do funcionamento da Comissão Alargada e da continuidade das equipas. Explicou que, devido às limitações legais de duração dos mandatos, até um máximo de nove anos, e à sua aplicação simultânea a vários elementos, se verificou a saída de diversos membros experientes, o que fragilizou temporariamente a robustez das equipas, obrigando à integração de novos elementos. Acrescentou que a situação foi partilhada com a Comissão Nacional, no sentido de manifestar a preocupação com a perda de experiência acumulada. Referiu ainda a necessidade de maior estabilidade e eventual profissionalização dos elementos das CPCJ, entendendo que tal poderia contribuir para um melhor desempenho das funções, embora reconheça que essa não tem sido a orientação da Comissão Nacional. Mencionou igualmente algumas dificuldades ao nível da plataforma informática e da gestão das sinalizações, esclarecendo que nem todas dão origem a processos, designadamente quando não existe consentimento, sendo nesses casos arquivadas, apesar de inicialmente registadas. Salientou que, ao longo do tempo, se tem verificado uma maior literacia da população relativamente ao papel da CPCJ, tendo diminuído o receio associado à sua intervenção, fruto do trabalho desenvolvido, das ações de sensibilização e da atuação da Comissão Alargada. Apontou ainda como constrangimento a tramitação dos processos encaminhados para o tribunal, referindo que, nessas situações, por vezes se verifica alguma demora no acompanhamento, o que considera menos positivo. Por outro lado, destacou o apoio do Município e a boa articulação com as entidades da rede local, designadamente escolas, serviços de saúde, forças de segurança, IPSS e comunidade em geral, considerando este trabalho

em rede fundamental para a eficácia da Comissão. Concluiu que os principais constrangimentos se prendem, essencialmente, com a articulação com o tribunal e com a limitação na continuidade dos elementos das equipas, reiterando a sua convicção de que uma maior profissionalização poderia constituir uma mais-valia para o funcionamento da CPCJ.-----

----- De seguida, usou da palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Mesa, João Moura, manifestou a sua preocupação quanto à interpretação dos dados apresentados, salientando que subsiste a dúvida sobre se, o aumento ou a manutenção dos números se deve a um maior esclarecimento da população, que passa a saber melhor onde recorrer, ou se, por outro lado, reflete um agravamento das problemáticas sociais existentes, considerando esta última hipótese particularmente preocupante. Concluiu referindo a importância de se procurar esclarecer esta questão, de modo a melhor compreender a realidade e orientar a intervenção futura.-----

----- Tomou nomeadamente a palavra a Vereadora, Célia Simões, a qual referiu que considera que o aumento das sinalizações se deve, sobretudo, a uma maior formação e sensibilização das pessoas, o que conduz a uma maior facilidade em sinalizar situações de risco. Acrescentou que, embora os casos atuais, nomeadamente, de violência doméstica e falta de supervisão e acompanhamento, sejam graves, em anos anteriores existiram situações ainda mais complexas. Concluiu manifestando a convicção de que o aumento das sinalizações resulta de um maior conhecimento e melhor atuação por parte da comunidade, considerando, ainda assim, que as crianças se encontram atualmente mais protegidas.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 28 – «Declarações de Recebimentos em**

**atraso / Pagamentos em atraso e Declaração de Compromissos Plurianuais, existentes a 31 de dezembro de 2025 / Para conhecimento».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que, de acordo com a exigência legal, à data de 31 de dezembro, a informação complementar relativa aos compromissos não plurianuais assumidos em 2025 que transitaram para 2026, são no montante de 7.775.871,62 €. Acrescentou que, relativamente aos compromissos plurianuais registados a 31 de dezembro de 2025, os valores previstos eram de 24.026.117,79 € para 2026, 3.579.809,38 € para 2027, 2.302.221,33 € para 2028, 2.142.049,98 € para 2029 e 10.923.126,83 euros para os anos seguintes, salientando que estas afetações poderão sofrer alterações ao longo do tempo. No que respeita às declarações de recebimentos em atraso à mesma data, informou que o montante total ascendeu a 1.705.970,80 €, esclarecendo que, embora o valor possa parecer elevado, corresponde essencialmente a verbas ainda não recebidas, mas cuja receção se prevê. Detalhou que a maior parcela diz respeito a fundos comunitários, nomeadamente do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no valor de 1.585.429,40 €, seguindo-se verbas do Fundo Social Europeu, acordos de colaboração com a DGESTE e compensações de encargos suportados pelo município, existindo ainda valores residuais relativos a outras rubricas, como loteamentos, mercados, feiras, transportes escolares e cemitérios. Por fim, relativamente às declarações de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2025, destacou que o Município de Cantanhede não apresentava qualquer dívida a fornecedores em atraso, facto que considerou positivo e digno de registo. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 29 – «Apreciação, discussão e votação da**

**Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2025».**-----

----- Tomou de novo a palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual esclareceu que o documento em apreciação tem natureza previsional, sendo apresentado para efeitos de enquadramento e aprovação prévia, antes do ponto subsequente relativo à 1.<sup>a</sup> Alteração Orçamental Modificativa. Referiu que o mesmo não substituíria, em qualquer circunstância, a Prestação de Contas, a qual seria apresentada no mês de abril, constituindo esse sim o documento completo e devidamente consolidado da execução financeira do Município. Esclareceu ainda que, nos termos da legislação em vigor, nomeadamente, do artigo 124.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual, passou a ser possível proceder, nesta fase, à integração do saldo de gerência de execução orçamental, algo que anteriormente apenas podia ocorrer aquando da aprovação da Prestação de Contas. Acrescentou que o documento apresentado constitui uma demonstração técnica do desempenho orçamental, servindo de base ao procedimento legal necessário para a posterior integração do saldo de gerência na 1.<sup>a</sup> Revisão Orçamental, ainda que possa vir a sofrer ajustamentos no âmbito da Prestação de Contas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Luís Mota, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão; relativamente à demonstração do desempenho orçamental, referiu que, na perspetiva da bancada do Partido CHEGA, o documento evidenciava que, durante o período de 2025, as despesas efetivas foram superiores às receitas efetivas, resultando num saldo global negativo de 355.345,00 €, traduzindo, assim, um défice orçamental. Questionou, por um lado, qual a razão objetiva para a existência desse défice financeiro e, por outro, qual a explicação para a existência de um saldo de gerência próximo dos 5.000.000,00 €, considerado o maior de sempre, referindo que tal indicador poderá refletir uma taxa

de execução orçamental abaixo do esperado.-----

----- O Sr. Presidente de Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, manifestou estranheza quanto à questão colocada, referindo que a mesma já havia sido anteriormente suscitada em reunião de Câmara, tendo sido objeto de esclarecimento por ofício remetido à Senhora Vereadora do Partido do Chega, do qual procedeu à leitura, do seguinte teor: *"na sequência das dúvidas suscitadas e dos esclarecimentos solicitados referentes ao ponto 11 da reunião do executivo camarário, como assunto a aprovação da demonstração do desempenho orçamental no período findo, cumpre informar, o documento apresentado é um documento provisional. Hoje será aprovada a sua versão definitiva aquando da aprovação do documento de prestação de contas respeitante ao ano 2025. Nesta data ainda não foram verificados, nem validados a documentação referente à prestação de contas, pelo que o mesmo poderá sofrer alteração até a apresentação do documento final. Por outro lado, informa-se que este documento é um documento extraído automaticamente do sistema. Mais se informa que, a demonstração do desempenho orçamental estabelecida da norma de contabilidade pública prevista no anexo segundo o sistema de normalização contabilística para a administração pública, integra as demonstrações orçamentais de relato e evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Da análise a demonstração do desempenho orçamental, verifica-se que o exercício de 2025 iniciou um saldo orçamental proveniente da gerência anterior de 2.414.949,83 euros, mas nós concluímos o exercício este ano, quanto aos valores negativos refletem a seguinte situação, o total da receita efetiva arrecadada neste mapa, durante o exercício foi de 43.441.366,50 e 3.500.000,00 de euros de receita*

*não efetiva. A despesa efetiva ascendeu a 43.796.711,86 e a despesa não efetiva a 558.520,44. O saldo global apresenta esse valor negativo de 321.597,70 e representa a diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva, sendo o saldo global negativo significa que as receitas naturalmente não tinham aquele valor para cobrir essa área e foram financiadas por receitas próprias, existe, portanto, um défice global da receita própria exigindo recursos a saldos anteriores e a outras fontes de financiamento ou ajustamentos futuros na despesa ou na receita. O saldo primário mede o equilíbrio orçamental excluindo encargos financeiros e corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa primária e apresenta um valor significativo de 141.623,00 euros, por se encontrar igualmente negativo, embora com menor magnitude que o saldo global, conclui-se que os encargos com esses juros tiveram um impacto relevante no agravamento do saldo global, mesmo sem considerar os juros das receitas próprias, ainda não cobrem totalmente as despesas primárias, embora se encontram mais próximas do equilíbrio. Os dados anteriormente descritos resultam diretamente da análise do mapa apresentado do previsional. Trata-se de um mapa remetido para apreciação do executivo municipal e, portanto, importado diretamente do sistema de contabilidade e apresentado sem qualquer tipo de intervenção, uma vez que apenas agora se iniciam os trabalhos da prestação de contas e a sua leitura carece assim de interpretação e integração de alguns agregados, sob pena de não garantir uma análise correta dos valores apresentados.*-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Luís Mota, o qual referiu que, tinha tido conhecimento dos esclarecimentos prestados, considerando, contudo, que os mesmos não tinham sido suficientemente objetivos. Acrescentou que não acreditava que o saldo final viesse a sofrer alterações significativas, ainda que o documento tivesse natureza previsional, por resultar de

informação diretamente extraída do sistema informático. Reiterou que a sua bancada pretendia apenas um esclarecimento mais concreto sobre os valores apresentados, sublinhando que a análise mais detalhada seria efetuada no momento da Prestação de Contas, em abril. Relativamente ao saldo de gerência, referiu que este poderá estar relacionado com o aumento sucessivo do orçamento municipal nos últimos anos, designadamente em consequência da delegação de competências, o que poderá justificar, em parte, a sua dimensão. Acrescentou que a sua bancada pretendia apenas um enquadramento inicial da situação, referindo que, na fase da Prestação de Contas, terão oportunidade de aprofundar a análise com maior detalhe. Mencionou ainda a evolução dos saldos orçamentais em anos anteriores, referindo que em alguns exercícios o saldo global foi positivo e noutros negativo, procurando contextualizar a leitura dos dados apresentados.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, interveio referindo que o Município não regista saldos negativos há vários anos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que a Sr.ª Presidente da Câmara teria oportunidade de responder em momento próprio.-----

----- Tomou de novo a palavra o Sr. Luís Mota, o qual referiu, que se recordava de ter trabalhado essa matéria com o Sr. Ulisses Salvador, lembrando-se desses valores, embora não fosse totalmente preciso quanto à sua localização temporal. Acrescentou que, conforme já havia referido anteriormente, a análise mais detalhada seria realizada em abril, aquando da apresentação da Prestação de Contas, concluindo a sua intervenção com um agradecimento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referiu que, no futuro, através da Prestação de Contas, será possível confirmar todos os dados em discussão, acrescentando que, tal como o Sr. Luís Mota demonstrava estar convicto de que a

razão lhe assistia, também ele acreditava que, caso tal não se verifique, o próprio acabará por reconhecer que a razão está do lado do executivo.-----

----- Interveio de novo a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, Helena Teodósio, esclarecendo que existem situações parciais na execução orçamental que resultam de mecanismos de compensação entre rubricas, explicando que, quando uma determinada rubrica orçamental se encontra sem dotação suficiente e é necessária a realização de uma despesa, procede-se à compensação através de outras rubricas disponíveis, prática que afirmou ser comum e tecnicamente enquadrada na contabilidade pública. Referiu ainda que o mais relevante é a análise global das contas, nomeadamente, a verificação do resultado final do exercício, isto é, se existe ou não saldo positivo que assegure a continuidade da gestão municipal. Concluiu afirmando não compreender que se retirem conclusões negativas com base numa única rubrica com valor negativo, sublinhando que tal não traduz a realidade global da execução orçamental nem coloca em causa a correção e seriedade da gestão municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, solicitou que não se entrasse em diálogo, referindo que os esclarecimentos já haviam sido prestados e que a análise dos elementos em discussão poderia ser retomada em momento posterior.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, colocou a votação o **Ponto 29 – «Apreciação, discussão e votação da Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2025»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 33 votos a favor e 3 abstenções.-----

----- Após votação, o Sr. Guilherme dos Santos, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do PS, do seguinte teor: *“A Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente à aprovação da demonstração de desempenho orçamental de 2025, por se tratar de um instrumento técnico e legalmente obrigatório.*

*A sua rejeição não teria qualquer impacto positivo para o Concelho, e apenas criaria um problema institucional, onde ele de facto não existe. Este voto não representa concordância com as opções políticas do executivo, nem valida o modelo de governação seguido. O Partido Socialista não confunde responsabilidade institucional com alinhamento político e é importante que isso fique absolutamente claro nesta Assembleia. O debate político sério deve fazer-se sobre as escolhas e as prioridades, sobre onde se investe, quem se serve e que futuro se está a construir para Cantanhede, é aí que temos divergências profundas com a maioria e é aí que o Partido Socialista continuará a intervir com firmeza. Hoje garantimos o regular funcionamento das instituições, amanhã como sempre estaremos ao lado da exigência democrática, da fiscalização e da defesa do interesse público, porque é isso que se espera de uma oposição responsável e sem ambiguidades.”-----*

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 30 – «Apreciação, discussão e votação da 1.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2026»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que, após a aprovação do mapa de demonstração de desempenho orçamental, já seria possível incorporar o saldo de gerência. Explicou que, do ponto de vista da gestão, não se pretendia proceder à incorporação integral desse saldo, uma vez que o orçamento aprovado para 2026, era de 61.213.206,00 € e que, caso fossem incorporados cerca de 5.000.000,00 €, o orçamento passaria para mais de 66.000.000,00 €. Acrescentou que a opção seguida não foi essa, mas sim a de utilizar apenas parte da verba para reforçar algumas rubricas com necessidade de reforço e proceder a um aumento parcial, resultando num novo orçamento no montante de 63.884.290,03 €. Referiu ainda que, nesse

âmbito, se iria proceder à primeira alteração orçamental modificativa, com a inscrição de novas rubricas, tanto na receita como na despesa. No que respeita à receita, informou que seriam inscritos novos valores em diversas classificações, designadamente no IMT compensação, explicando que este corresponde ao mecanismo associado ao IMT jovem, em que os jovens pagam menos imposto, sendo depois as Câmaras compensadas pelo Estado através dessa transferência. Assinalou que o valor inicialmente previsto não era suficiente face ao montante que se perspetiva vir a receber, pelo que houve necessidade de reforçar esta rubrica. Mais informou que o saldo de gerência na posse dos serviços, no montante de 4.971.084,03 €, será destinado ao reforço de rubricas de despesa com pessoal, prestações de serviços e realização de investimentos. Por fim, referiu que, no que respeita à despesa, foram reforçadas rubricas de despesa corrente no montante global de 994.027,00 € e rubricas de despesa de capital no montante global de 1.677.057,03 €, concluindo que o valor global do saldo de gerência utilizado no orçamento e nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2026, após esta redução e os reforços referidos, ascende a 2.671.084,03 €. Acrescentou, finalmente a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que se mantinham cumpridas, no orçamento para 2026, todas as regras de equilíbrio orçamental previstas na lei.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, colocou a votação o **Ponto 30 – «Apreciação, discussão e votação da 1.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2026»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, tendo solicitado a palavra as Srs.ª Ana Marta Dinis e Sandra Carvalho. Deu então a palavra



à Sr.ª Ana Marta Dinis que procedeu à leitura de uma petição, subscrita por vários moradores da Tocha, do seguinte teor: *“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Membros da Mesa, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputadas e Deputados Municipais. Nós abaixo-assinados cidadãos residentes no concelho de Cantanhede com direito de petição nos termos do artigo 52º da Constituição da República Portuguesa da Lei n.º 43/90 de 10 de agosto, exercício do direito de petição, e dos artigos 26º e 64º do Regimento da Assembleia Municipal de Cantanhede, vimos por este meio expor e requerer o seguinte mesmo correndo o risco de redundância, portanto, apresentamos o pedido de preservação integral do Parque de Merendas e a respetiva área florestal e a não afetação ao loteamento urbano. A presente intervenção é subscrita por munícipes, proprietários e utilizadores do Parque de Merendas da Praia da Tocha preocupados com o seu enquadramento urbanístico e o seu futuro enquanto espaço de utilização pública. Intervimos para colocar uma questão simples, mas estrutural, que modelo de desenvolvimento queremos para a Praia da Tocha? Aceitamos o enquadramento técnico apresentado pelo município. Reconhecemos que o alvará é válido e não questionamos a legalidade da proposta. Reconhece-se que não foi formalmente contestada ao longo de 25 anos ainda que se possa discutir a eficácia dos mecanismos de avisos públicos então utilizados. A nossa intervenção incide por isso não sobre uma questão técnica ou jurídica, mas sobre uma opção de carácter político. O único direito urbanístico remanescente correspondente ao eventual lote destinado a estabelecimento hoteleiro, pertence atualmente ao município. Não existem direitos adquiridos privados a salvaguardar, nem indemnizações a considerar. Na nossa perspetiva não tendo havido loteamento desta área até à data, não poderão ser postas em causa quaisquer expectativas legítimas de particulares. A manutenção*

*da área como urbanizável resulta assim de uma opção política territorial. Na resposta à participação pública, o próprio município reconhece o valor social, recreativo e ambiental da área onde se encontra o Parque de Merendas. Esse reconhecimento acompanha a percepção atual da comunidade que atribui hoje a este espaço uma importância significativamente superior à que lhe era reconhecida há 25 anos atrás. Importa, contudo, sublinhar que desde a aprovação do instrumento urbanístico em causa, o território sofreu alterações profundas, designadamente os incêndios de 2017 que eliminaram grande parte da mancha florestal envolvente. O espaço em causa assumiu assim uma relevância ecológica social e paisagística substancialmente superior à que detinha há 25 anos, constituindo hoje um dos raros espaços verdes de fruição pública na Praia da Tocha. Perante este reconhecimento, a questão é simples, se o valor é assumido porque não torná-lo efetivamente protegido no Plano? O Parque de Merendas não é apenas uma área classificada num Plano, é um espaço de memória coletiva de convívio intergeracional e de equilíbrio ambiental. A sua preservação traduz uma escolha sobre o modelo de território que se pretende deixar para as próximas décadas. A ausência de uma proteção formal traduz-se numa fragilidade evidente, sem garantias claras da proteção do espaço verde, o futuro do espaço fica à mercê de decisões consequentes e possivelmente irreversíveis que poderão conduzir ao desaparecimento daquele que é dado o desaparecimento da mancha florestal circundante, o único espaço verde público existente na Praia da Tocha. Não nos opomos ao desenvolvimento urbano, defendemos sim um planeamento ponderado, orientado pelo interesse público e pela valorização do território a longo prazo. Em territórios comparáveis, aposta-se hoje na resiliência ecológica, na adaptação às alterações climáticas e na valorização dos espaços naturais de uso comunitário, não apenas por razões ambientais, mas de saúde*



*pública, coesão social e atratividade territorial. A gestão territorial contemporânea tem assim vindo a ultrapassar uma perspetiva exclusivamente antropocêntrica do ordenamento, reconhecendo o valor intrínseco dos ecossistemas urbanos e o seu papel estruturante na qualidade de vida das comunidades. Seguindo os valores que orientam a atuação do município, pedimos que aja com visão e coragem, assegurando a vinculação deste espaço na sua dimensão atual a um uso público permanente, garantindo a sua preservação enquanto área de utilização coletiva, contínua e duradoura, demonstrando assim o seu compromisso na proteção do património da comunidade presente e futura. Assim, solicitamos que a Assembleia Municipal promova no âmbito das suas competências a reclassificação da área em causa, como espaço verde de uso público ou que delibere no sentido da introdução no Plano de Urbanização da Praia da Tocha de mecanismo vinculativo, que garanta a sua manutenção permanente, enquanto zona de fruição pública. A presente petição que gostaríamos depois de entregar, é acompanhada de aproximadamente 400 assinaturas dos cidadãos subscritores devidamente identificados nos termos legais aplicados, Lei n.º 43/90 de 10 de agosto. Ainda assim, acautelando que esta nossa exposição não possa ser total ou parcialmente acolhida, gostaríamos de pedir, portanto, que a área seja mantida como espaço verde e que o referido espaço possa ser subsidiariamente consubstanciado ou englobado num compromisso político formalizado de não edificação de empreendimentos hoteleiros ou habitacionais. A ser afeta, a construção deverá cingir-se à instalação de equipamento mobiliário urbano de apoio e qualificação do espaço público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 35º do Plano de Urbanização da Praia da Tocha. Adicionalmente e finalmente vimos por este meio fazer também um pedido de esclarecimento que seja formal e por escrito e com a devida publicitação onde sejam esclarecidas as seguintes*

*questões: Ponto n.º 1 - onde estão os fundamentos para a alteração do parecer da Agência Portuguesa do Ambiente que permitem a edificação numa zona protegida pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira e pela Rede Natura 2000? Ponto n.º 2 - onde está o projeto de arquitetura previamente aprovado para o local em discussão? Pergunta n.º 3 - dado que estão a desenvolver um excelente trabalho com o desenvolvimento de mais corredores verdes em Cantanhede, porque motivo não aplicam os mesmos princípios, preservando na íntegra a única mancha verde existente na Praia da Tocha? Finalmente n.º 4 - solicitamos ainda uma nova sessão de esclarecimento à população de forma presencial a ter lugar na Praia da Tocha.”---*

----- O Sr. Presidente da Mesa iniciou a discussão, da qual resultou um debate, no qual participaram a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, o Chefe da Divisão de Gestão Territorial e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques e as representantes da Petição, Ana Marta Dinis e Sandra Carvalho.-----

----- Nesse debate, os Peticionários manifestam preocupação com a possível urbanização/loteamento na zona do Parque de Merendas na Praia da Tocha. Alegaram a existência de pareceres contraditórios (um favorável e um desfavorável) e temeram a construção de um hotel ou prédios, baseando-se em respostas anteriores da Câmara que consideraram pouco claras.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, refutou as acusações de falta de transparência e criticou o facto de a polémica ter sido alimentada em redes sociais com "dados incorretos", afirmando que a petição se baseia em pressupostos falsos (como a construção de prédios de vários andares).-----

----- O Chefe da Divisão de Gestão Territorial e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, esclareceu que o parecer inicial desfavorável se deveu a questões técnicas de fundamentação de áreas urbanizáveis não infraestruturadas na Conferência



Procedimental, e não a um projeto específico de hotel. Após as correções, o parecer final foi favorável.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, esclareceu ainda que, relativamente ao Projeto do Hotel, não existe nenhum projeto de arquitetura para aquele local. Acrescentou que o projeto para um "Hotel" remonta a um processo antigo (1995-2001) que acabou por ser construído noutra local (ficando inacabado) e que, atualmente, para o local inicialmente previsto para o Hotel está pensado a construção de uma piscina.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, assumiu o compromisso de que o assunto será acompanhado e que a Assembleia e o Executivo estão convergentes na valorização da Praia da Tocha, que considera um "diamante".-----

----- Relativamente à questão do Loteamento, a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio explicou ainda que, qualquer alteração ao loteamento existente (que data de 2001) depende do parecer dos proprietários das habitações vizinhas e não apenas da decisão da Câmara. Referiu ainda que o futuro da Praia deve ser decidido de forma séria pela população, Junta de Freguesia e Compartes.-----

----- Os Peticionários, reiteram que não se opõem ao progresso, mas exigem um desenvolvimento alinhado com as leis ambientais e pedem que o compromisso político de manutenção da zona verde fique registado em ata.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio manifestou-se "magoada" pela forma como o processo foi conduzido (via redes sociais e petição), lamentando que os cidadãos não tenham solicitado reuniões técnicas prévias para esclarecer as dúvidas de forma direta e transparente. Garantiu finalmente que não há planos para prédios ou novos hotéis no local, e que a mancha verde será preservada ou apenas melhorada ambientalmente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, agradeceu a presença dos cidadãos e reafirmou que a Assembleia Municipal era um espaço democrático aberto ao público, ainda que algumas questões pudessem ter sido resolvidas previamente através de diálogo com a Câmara Municipal.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- Finalmente, sendo 19h35 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente:



----- O Primeiro Secretário:



----- A Segunda Secretária:

